

REVISTA ESPAÇO
IVRE



Revista Espaço Livre, Vol. 3, num. 05, Jan-Jun./2007

REVISTA ESPAÇO
IVRE



Sumário

Espaços Públicos e Espaços Coletivos: Do Encontro à Esperança <i>Lucas Maia dos Santos</i>	03
A Revolta de Brest <i>Benoît Kermoal</i>	09
Partidos Políticos e Eleições na Democracia Representativa <i>Erisvaldo Pereira de Souza</i>	14
Globalização Financeira e Capital-Dinheiro <i>Luis Estenssoro</i>	21
Rebeldias Negras na Capitania de Goiás no Século XVIII <i>Lisandro Braga</i>	34
Marx, Adorno e o Fetichismo da Mercadoria e da Música <i>Erisvaldo Souza</i> <i>Jean Isídio dos Santos</i>	40

Expediente:

Revista Espaço Livre. Vol. 3, num. 05, jan.jun./2007.

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de idéias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da idéia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@sementeira.net

Conselho Editorial: Edmilson Marques Lucas Maia dos Santos Nildo Viana	Conselho Consultivo: André Melo Cleiginaldo Pereira dos Santos Cleito Pereira Edmilson Borges Edmilson Marques Erisvaldo Souza Fernando Lima Neves Flávio Pereira Diniz Jean Isídio João Alberto da Costa Pinto Juversino de Jesus Júnior Leonardo Venicius Proto Parreira Lisandro Braga Lucas Maia Santos Maria Angélica Peixoto Nildo Viana Ovil Bueno Fernandes Veralúcia Pinheiro Uelinton Rodrigues Weder David de Freitas
--	---

Espaços Públicos e Espaços Coletivos: Do Encontro à Esperança

Lucas Maia dos Santos

“A coragem é o desafio, o ir ao encontro do desconhecido, do novo, do diferente, do estranho. É a busca do outro. A coragem provoca a ação, a luta, o conflito. Por conseguinte, a coragem é o oposto do medo. A coragem é, metaforicamente “sair do útero”, enfrentar o mundo. A coragem permite a descoberta, a invenção, a ousadia, o conflito”

Erich Carltton

A realidade pode ser analisada segundo duas perspectivas de método: a da naturalização do existente e a da aceitação do possível. A primeira não pressupõe somente aceitar o dado como necessário ou inevitável, mas também introjetar a realidade histórica em nosso aparelho mental e analisá-la a partir dos conceitos de nossa sociedade. A segunda perspectiva, trabalhada por Ernest Bloch e Henri Lefebvre, aborda a análise da realidade, não somente a partir da realidade existente, mas de uma realidade possível, do ainda-não-existente. Bloch lança os conceitos: *utopia concreta* e o *ainda-não-consciente* e Lefebvre o *método transductivo*, cujo objeto só pode derivar de uma análise prospectiva, e *utopia experimental* para abordar esta realidade possível¹.

Será dentro desta segunda perspectiva que procuraremos analisar os espaços públicos e a construção de espaços coletivos nas áreas urbanas. Uma grande preocupação do direito, da ciência política é a distinção entre o que é público e o que é privado. Poderíamos em nossa análise partir deste pressuposto para desenvolvermos nosso raciocínio, entretanto, consideramos que ele se perde em meio aos milhares de constructos criados por nossa sociedade. Só é necessário estabelecer tal diferença, quando a apropriação privada é a lógica subjacente à totalidade das relações sociais (Vaneigen, 2002). O público remete ao “nosso”, o privado ao “meu”. O problema é que temos de analisar tais constructos, não a partir do prisma do indivíduo, mas sim das cisões fundamentais que estruturam nossa sociedade, ou seja, às fraturas de interesses de classes e frações de classes.

O “nosso” converte-se como apropriação privada das classes possidentes e estas por possuírem o poder econômico, técnico, político e simbólico, portanto hegemonomizam as demais classes, são na realidade o único público verdadeiro. O privado, ou seja, a apropriação privada, apresenta-se às classes submetidas como uma ausência ou carência. Falta-lhes o poder que pertence às outras classes. Entretanto, e é isto que gera toda a confusão, quando analisados do prisma do indivíduo, o privado é o

¹ Para os conceitos elaborados por Bloch, remetemos o leitor a Borghelo (1993), para os de Lefebvre, a (Lefebvre, 2002)

“meu”, ou seja, meu carro, minha casa, meu tênis e o público é a rua, as praças, as instituições estatais etc. Deste modo, é fácil justificar para alguém que mora de aluguel, que aquele imóvel não lhe pertence, que não é “dele”, pois é apropriação privada de outro. E que ele não pode ocupar uma área pública, pois ela é o “nosso” e não o “meu”. Isto revela que os constructos de público e privado servem para justificar as relações de apropriação privada, fulcro essencial de nossa organização social.

Por isto, consideramos mais adequados os conceitos de estado e sociedade civil. Tais conceitos, elaborados por Hegel e poucas vezes utilizados por Marx, expressam simplesmente duas maneiras pelas quais se apresenta a realidade social. Ou é o estado², realização da idéia segundo Hegel, ou é tudo aquilo que não pertence ao estado, a sociedade civil. Esta é composta pelas empresas, partidos, sindicatos, família etc.

Seguindo este eixo de raciocínio, os espaços públicos são aqueles cujo domínio é exclusivo do estado? Esta é uma questão tentadora e que pode levar os espíritos mais preguiçosos a responder positivamente. Entretanto, a realidade é um pouco mais complexa. (Lefebvre, 2001) faz uma distinção fundamental entre *espaço abstrato* e *espaço social*, o primeiro é o espaço do plano pensado e materializado pela instituição estatal e pelas empresas corporativas, é o espaço pensado e organizado pelas classes dominantes para se manterem como tal. É o zoneamento, a construção de bairros operários, da burguesia, de zonas industriais, de periferias degradadas, de condomínios horizontais fechados etc. Espaço abstrato não quer dizer, nestes termos, que não tenha existência concreta, mas sim que é o espaço construído pelo e para o poder.

O espaço social, contrariamente, refere-se ao espaço de todos e de cada um, de todas as classes, grupos, indivíduos. É o espaço da vida cotidiana ou da cotidianidade como componente espacial. É a vida realizando-se, pois não há realidade social que não seja espacial (Gottdiener, 1997), enfim, é o espaço de perto, de minha realização, sem o qual não posso existir.

Nesta forma de entender as coisas, o que usualmente chamamos espaço público é na realidade a materialização do espaço abstrato da instituição estatal e das organizações dominantes da sociedade civil. As praças planejadas, os *shopping centers*, escolas, universidades etc. são lugares organizados para reproduzir determinadas relações sociais, determinados valores, formas específicas de socialização. São enfim, o *locus* do poder.

As praças, em alguns casos, são ícones de poder, principalmente aquelas nas quais estão sediadas os monumentos da administração estatal. Os *shoppings* representam nada mais do que a organização pelo capital de nossos espaços de lazeres, de nossos espaços costuradores de amizade e socialização. As escolas, universidades... são os espaços perfeitos para a estruturação de personalidades obedientes ou autoritárias, visto que a burocracia, a disciplina, respeito à autoridade e hierarquia são pilares que estruturam estes espaços institucionais.

Os espaços públicos são também apropriados pelo mundo da mercadoria,

² Para uma análise da instituição estatal cf.: Viana (2003); Lojkin (1997); Bernardo (1977; 1991; 2000).

constituindo eles próprios *formas-mercadorias*. A indústria turística é especializada em apropriá-los. (Carlos, 1996), abordando a apropriação turística dos lugares demonstra:

Os city-tours (...) realizam as imagens vendidas pela publicidade: Paris e a Torre Eiffel, Roma e o Coliseu, Nova York (que na realidade é Manhattan) e os Tuwins ou o Central Park, Londres e o Big Bem, Los Angeles com seus bulevares e a Universal Studios, Buenos Aires e a Plaza de Mayo, Rio de Janeiro e Copa Cabana etc. (Carlos, 1996, p.124)

Ou seja, as relações necessárias à produção das mercadorias, antes restrita ao interior das fábricas, invadem agora a totalidade da vida (Debord, 1997), abrange todos os espaços. Enfim, os espaços públicos, da maneira como o estamos entendendo, são a materialização do espaço abstrato, do reino da mercadoria, do despotismo simbólico, da mercantilização e burocratização da vida.

Entretanto, o espaço social, aquele do cotidiano, imediatamente trata de sobrepor-se ao abstrato e ambos coexistem num conflito permanente. Na praça sede dos monumentos do poder, superpõem-se pontos de encontro e sociabilidade que fogem às teias das organizações dominantes: estado e corporações. Por mais que elas não desejem, a dinâmica da cidade impõe. O movimento do urbano implica a co-existência, o burburinho, o encontro. É inevitável. Entretanto, há espaços que são produzidos e controlados para não serem ocupados por outros além daqueles para os quais foram construídos, cuja própria arquitetura, às vezes, induz à separação (vide a explanada dos ministérios em Brasília, por exemplo) ou o controle vigilante, como nos quartéis, impede o acesso de todos.

Nos lugares onde os monumentos do poder não estão presentes, também os espaços social e abstrato estão em relação, não no sentido do controle, da disciplina, do exercício do poder, mas em sua co-existência, ou seja, há espaços que são criados para serem consumidos e para serem *locus* de consumo. É este, por exemplo, o caso dos *shopping centers*, é a co-existência necessária. Como o próprio Lefebvre já havia identificado, há na sociedade capitalista a hegemonia do espaço abstrato sobre o social. Deste modo, as sociabilidades criadas em tais praças, em tais *shoppings* são indispensáveis ao espaço abstrato, ao espaço público. São por ele desejáveis, pois é condição de sua reprodução. Não há sentido um *shopping* no qual não haja pessoas circulando, conversando, encontrando-se (consumindo espaço) e fazendo compras (consumindo no espaço). Também uma praça onde não haja crianças brincando, pessoas circulando para lá e para cá é completamente desprovida de sentido. Também uma praça, um bosque, etc. podem ser consumidos de várias maneiras. Um bosque pode ser um local de caminhada de manhã e à tarde; à noite pode ser ponto de encontro de prostitutas, michês, etc. Uma rua, em um determinado dia e hora da semana, deixa de ser *habitat* de máquinas para se tornar uma feira. Uma praça pode durante o período da tarde ser local de socialização de crianças, idosos, etc. e à noite, ponto de encontro de tribos urbanas³.

Em síntese, retomando o que discutimos até o momento, espaço público é o locus produzido pelo estado e pelas organizações hegemônicas da sociedade civil, sendo

³ Sobre esta possibilidade de múltiplas territorialidades cf. (Souza, 1995).

o lugar tanto do exercício do poder, quanto da socialização inevitável gerada pelo espaço social. Deste modo, permeados um no outro, espaço social e espaço abstrato enfonham-se conformando o espaço público, o qual é hegemonizado pelo espaço abstrato. Nesta perspectiva, é muito profícua a análise feita por (Cavalcanti, 2004) segundo a qual,

A cidade vista dessa forma é uma expressão da complexidade e da diversidade da experiência humana, da história humana. As cidades, em suas várias configurações, são arranjos que vão sendo produzidos para que seus habitantes – diferentes grupos, diferentes culturas, diferentes condições sociais – possam praticar a vida em comum, compartilhando nesses arranjos desejos, necessidades, problemas cotidianos. Elas se formam na e pela diversidade dos grupos que nelas vivem. Elas são o espaço da vida coletiva, pública. São, em si mesmas, um espaço público (Cavalcanti, 2004, p. 152).

A cidade é sim um espaço público. É o locus da co-existência dos espaços abstrato e social. Do planejamento e da convivência social cotidiana. Da ordem próxima e da ordem distante (Lefebvre, 2002), do estado e das indústrias, dos movimentos sociais e dos mendigos, enfim, da heterogeneidade de grupos, classes e interesses.

Entretanto, os conceitos de espaço abstrato e social, bem como o de espaço público expressam somente a realidade posta por nossa sociedade, são a materialização e realização das relações e instituições burguesas. Assim, para colocarmos em prática o método exposto no início, temos de imaginar o possível, de pensar o movimento. Temos de utilizar como princípio de método a utopia concreta de Ernest Bloch ou a utopia experimental de Lefebvre.

Deste modo, acrescentamos aos conceitos de espaço abstrato, social e público, o *espaço coletivo*. A utopia concreta e a experimental significam pensar o possível a partir do existente, ver o movimento de dissolução do *status quo*. Instrumentalizam o pensamento com categorias do ainda-não-existente. Em síntese, *O Princípio Esperança* de Bloch é a realização nos mecanismos mentais das possibilidades postas, pois, como diz a máxima, “o pensamento deve buscar o real, da mesma forma que o real deve caminhar para o pensamento”.

O espaço coletivo é a negação do espaço público, ambos não podem coexistir. Para pensarmos o espaço coletivo, temos de analisá-lo em três níveis: a) como um movimento, b) como um projeto consumado e c) como um conceito. Fique claro desde já que não se trata de três níveis separados, mas de três facetas de um mesmo processo. A distinção é somente didática, é a forma de exposição.

Como um movimento, os espaços coletivos surgem quando os espaços públicos são refuncionalizados, quando passam a ser o momento da busca de novas relações sociais. Quando são o palco e o objeto da luta. Veja, por exemplo, a derrubada da Coluna *Vedôme*, na *Place Vedôme*, em Paris no período da Comuna de 1871. Ato simbólico que significava a construção de um espaço coletivo. Os símbolos do poder, bem como os sujeitos sociais imbuídos dele foram expulsos do novo espaço que estava em construção. A tomada de Paris, a ocupação da *Place Vedôme* e a derrubada planejada (com plano de engenharia inclusive) de Napoleão 1º (a referida coluna) é um

exemplo clássico de um movimento de criação de um espaço coletivo cujos objetivos são a constituição de novas relações sociais. E após a vitória da burguesia, sobre os cadáveres de mais de trinta mil *comunards*, um de seus primeiros atos foi “reerguer esse enorme bastão, símbolo de sua soberania” (Lissagaray, 1991, p. 221).

Exemplos como este podemos citar muitos. A ocupação do estaleiro pelos Marinheiros de Kronstadt em 1921 (Arvon, 1984), a criação dos conselhos na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, principalmente na Região da Cataluña, as barricadas de rua em Paris e a ocupação da Sorbonne em 1968, as acontecimentos de Seattle em 1994 nos Estados Unidos, as manifestações contra o G8 em Gênova em 2002, no qual mais de 200 mil jovens de quase todas as partes do mundo se reuniram em mega-manifestações de rua, atualmente, nestes dias que correm⁴, a criação da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, no México, movimento que se reúne basicamente na praça da capital do estado de Oaxaca, etc. Todos estes movimentos e inúmeros outros aqui omitidos, demonstram que a criação de espaços coletivos são algo recorrente na história do capitalismo, que o espaço coletivo é de luta e esperança, que ele surge em momentos de contestação da sociedade capitalista, pois os outros espaços são para sua reprodução. Enfim, são a realização geográfica daquilo que (Marx e Engels, 2002) definiram como comunismo, ou seja, o movimento real da sociedade que abole o atual estado de coisas.

Na segunda forma de conceber os espaços coletivos, como projeto consumado, a especulação é o método adequado. Falar do ainda-não-existente é algo quase impossível, pois só podemos defini-lo por meio do existente. Entretanto, este fato não impede de lançarmos algumas idéias gerais. Porém somente em cada caso particular, em cada cidade específica, em cada país determinado será possível estabelecer as linhas mestras sobre as quais serão construídos os espaços coletivos. Deste modo, se em nossa sociedade, a hegemonia é do espaço abstrato, na organização social cujo projeto já está consumado (sociedade comunista, anarquista, socialista, dê lá o nome que se queira, eu prefiro autogerida) o espaço social será o essencial. Se aqui os espaços são valores de troca, lá serão valores de uso. Se na sociedade capitalista, os espaços são zoneados, hierarquizados, na sociedade autogerida, serão solidários etc.

Por último, os espaços coletivos como conceito. Nesta perspectiva, devemos conceber a criação destes espaços sob dois olhares: eles são destrutivos e construtivos. Não de maneira linear, ou seja, destrutivo primeiro e construtivo depois, mas ambos simultaneamente. Os espaços coletivos são a destruição dos espaços públicos. São a aniquilação dos ambientes criados para a reprodução ordenada de nossa sociedade e são simultaneamente a construção dos ambientes vindouros. Para plagiar o velho anarquista Mikhail Bakunin são a “destruição criadora”. Assim, os espaços coletivos quando apreendidos pelo pensamento, expressam tanto uma realidade existente, sua face destrutiva, quanto uma ainda-não-existente, mas em construção, sua face criativa.

⁴ Refiro-me aqui às manifestações que ocorrem desde maio de 2006 no México. Inicialmente uma greve de professores que, no decorrer dos acontecimentos, expandiu-se para outros segmentos da sociedade como indígenas, camponeses etc. conformando o que atualmente chama-se Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca. Para maiores informações sobre estes acontecimentos. cf.: <http://www.midiaindependente.org>

Referências Bibliográficas

- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BERNARDO, João. *Marx Crítico de Marx: Livro Primeiro: Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia em O Capital*. Tomo III. Porto: Afrontamento, 1977.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: Ainda Há Lugar para os Sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BORGHELO, Ugo. *Bloch: O Materialismo e Esperança*. Revista Ruptura. Goiânia. Ano 1, n. 1, p. 19-20, maio 1993.
- CASTRO, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Cidade, Cidadania e Cultura Urbana: Espaços Públicos Enquanto espaços de Cidadania de Jovens em Áreas Urbanas de Goiânia. Ciência Geográfica*. Bauru. x - v. x - (2). p. 151-156, Maio/agosto 2004.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo; Ensaio, 1991.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VAINENGEM, Raoul. *Banalidades Básicas*. In: *Situacionista: Teoria e Prática da Revolução*. São Paulo: Conrad Editora Brasil, 2002.
- VIANA, Nildo. *Estado Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

Lucas Maia dos Santos

Geógrafo e Mestrando em Geografia pela UFG –Universidade Federal de Goiás.

A Revolta de Brest

Benoît Kermoal

A história da rebelião operária que perturbou a esquerda francesa, em agosto de 1935. A partir dos fatos, uma pergunta: é justo refrear os movimentos sociais, em busca de vitórias nas urnas?

As barricadas fecham as ruas, mas abrem as perspectivas. Muitos podem tê-lo pensado em agosto de 1935: a cidade de Brest foi então o teatro de violentos confrontos, de embates sangrentos entre a população trabalhadora e as forças de repressão. A imprensa da época consagrou suas manchetes a acontecimentos hoje largamente esquecidos (1).

A Frente Popular (2) não foi somente o resultado de uma aliança eleitoral. Ela foi também um poderoso movimento social. Na origem da “calmaria” da primavera e do verão de 1936, as revoltas de Brest (6, 7 e 8 de agosto de 1935) ocuparam um lugar importante. Elas obrigaram realmente todas as organizações de esquerda associadas à coligação a enfrentar as questões colocadas pelos manifestantes da Bretanha. Assistia-se a um processo revolucionário capaz de dinamizar a Frente Popular? Ou, ao contrário, deviam-se frear as reivindicações dos trabalhadores para não fragilizar uma aliança eleitoral envolvendo um partido moderado (os radicais)? Qual significado dar, enfim, a esse movimento de cólera, que não se deixava reduzir à atuação de agentes provocadores? Os partidos políticos – em primeiro lugar o Partido Comunista Francês (PCF), campeão do ativismo político e social alguns meses antes – e os sindicatos tiveram, durante dez dias, de esboçar respostas para os anseios de trabalhadores, ao mesmo tempo massacrados pela crise econômica e violentados por uma repressão que levou à morte de três deles.

Estopim: ataque aos trabalhadores do Estado

Em julho de 1935, enquanto a esquerda festejava o nascimento da Frente Popular, o governo de Pierre Laval decidiu tirar a França da crise econômica impondo, por decretos-lei, importantes sacrifícios aos trabalhadores do Estado. A população de Brest era especialmente atingida. Em uma Bretanha fortemente rural, a cidade dependia do estaleiro que empregava 6 mil pessoas, a maioria trabalhadores pagos pelo Estado. Além disso, a história de Brest era marcada, desde o início do século, pelo avanço das idéias socialistas e libertárias, fazendo da cidade um enclave “vermelho” em um departamento de direita (3). Mas, minada por divisões, a esquerda de Brest sofreu um relativo fracasso nas eleições municipais de abril de 1935, deixando as rédeas da cidade aos radicais, fortemente hostis aos socialistas e comunistas. A municipalidade estava pouco inclinada a aderir à dinâmica de união popular que se engrenava em nível nacional.

A esquerda percebeu nos decretos-lei de Laval uma afronta capaz de dinamizar o movimento unitário e de aumentar sua influência na cidade. Esquecendo as querelas

passadas, os principais líderes sindicais organizaram um “Cartel de defesa dos serviços públicos” onde se encontravam todos os sindicalizados, assim como socialistas, comunistas e anarquistas. Apesar da proibição das forças de repressão, acabou se desenvolvendo uma manifestação improvisada. Evocou-se um “movimento espontâneo”; a ira dos trabalhadores foi aprovada pela população de Brest, que contava com numerosas famílias trabalhando no estaleiro. A contradição entre a revolta das massas e a moderação dos dirigentes, sindicais e políticos, que não desejavam essa manifestação, apareceria mais claramente nos dias seguintes. O segundo ato se deu na segunda-feira 5 de agosto, dia de pagamento para os trabalhadores do estaleiro, que constataram em seus holerites as reduções de salários anunciadas (de 3% a 10% do total mensal). Alguns pararam o trabalho imediatamente e iniciaram uma manifestação no recinto do estaleiro, sob os olhares de um serviço militar de manutenção da ordem inquieto com a tensão nascente. Bandeiras vermelhas foram estendidas nos diferentes grupos. Cerca da metade dos assalariados aderiram à manifestação.

Em resposta à repressão, as barricadas

No dia seguinte, a prefeitura marítima reforçou as forças de repressão. As baionetas estavam bem visíveis. Uma nova parada do trabalho não seria tolerada. Muito rapidamente, os trabalhadores começaram a dar sinais de agitação. Pipocam brigas. Um trabalhador, Joseph Baraer, foi espancado até a morte pelos militares. Foi o estopim para as revoltas. Desencadeou-se a violência, o estaleiro foi fechado, os trabalhadores deixaram o lugar e se dispersaram pela cidade. Vitrines de lojas quebradas, incêndios de carros de polícia, bloqueio de tráfego – aconteceu de tudo, sem coordenação aparente. A prefeitura marítima foi cercada; um trabalhador arrancou a bandeira tricolor francesa e a substituiu por outra. As autoridades perturbam-se: será uma bandeira vermelha? A bandeira da URSS? (4) O jovem foi abatido por um capitão-tenente, cujas ligações com o movimento de extrema direita da Cruz de Fogo logo foram descobertas.

A guarda móvel teve dificuldade para se livrar das primeiras barricadas espontâneas erigidas nas ruelas estreitas de Brest. Houve um morto, mais de 100 feridos. Os líderes sindicais e políticos foram atropelados pela violência dos trabalhadores. Somente os libertários e o comunista Paul Valière, que conseguiu se fazer ouvir, chegaram a canalizar as ações dos manifestantes. No dia seguinte, 7 de agosto, muitas centenas de guardas foram chamados como reforço.

À tarde, foram feitas novas barricadas, mas à violência incontrolada dos dias precedentes sucederam-se ações mais bem organizadas, com pequenos grupos de manifestantes, mais móveis, incomodando as forças de repressão. “Iremos assistir”, precisou um relatório do comissário de polícia ao prefeito do Finistere, “a uma guerrilha feita por grupos de dez jovens que irão atacar simultaneamente muitos pontos”. A noite levou a violência ao auge: todas as lâmpadas da iluminação pública foram destruídas, numerosas barricadas improvisadas estenderam-se pelo centro da cidade, os trabalhadores protegendo-se dos tiros das forças de repressão. Mais um trabalhador morto.

As organizações da Frente Popular tinham dificuldades em encontrar suas marcas. Representantes nacionais da CGT (socialista) e da CGTU (comunista) pediam

calma; os jornais de esquerda criticavam os “agitadores” não identificados.

O funeral do primeiro trabalhador vítima da repressão aconteceu em 8 de agosto. “Eu presenciei o seu enterro”, diria mais tarde o militante trotskista André Calvès: “Nenhuma palavra. Sentia-se uma cólera terrível” (5). Essa calma cheia de cólera só durou algumas horas. Os enfrentamentos seguiram-se por mais dois ou três dias, causando a morte de outro trabalhador, Pierre Gautron, em 10 de agosto de 1934.

Desconforto dos líderes da esquerda

[o título original é Partido Comunista Embaraçado...]

As forças de manutenção da ordem, as autoridades, os líderes da esquerda, todos foram surpreendidos por esses dias sangrentos. Por razões opostas, cada um decidiu, no entanto, denunciar as manifestações e encontrar os culpados pelas revoltas. De acordo com as forças de repressão e as autoridades do Estado, os culpados estavam claramente identificados: principalmente militantes anarquistas, ainda numerosos em Brest, marcada pelo sindicalismo revolucionário, mas também comunistas, embora mais raros na cidade. “A tática dos trabalhadores é de inspiração comunista” e sugere uma “verdadeira tentativa revolucionária”, afirmava o prefeito do departamento.

É verdade que, alguns meses antes, o PCF havia distribuído brochuras chamando à insurreição, como o livro *Vers l’Insurrection armée* [Rumo à insurreição armada] de Neuberg, que incluía um capítulo sobre a “guerrilha urbana”... No entanto, em maio de 1935, Joseph Stalin havia assinado um tratado de cooperação com Laval, reconhecendo implicitamente a política de defesa francesa e encorajando o PCF a votar os créditos militares. Não era visto com bons olhos os comunistas colocarem em perigo a indústria armamentícia francesa, cuja menina dos olhos, no oeste do país, era o estaleiro de Brest. Quase ao mesmo tempo, o VII Congresso do Komintern (6), consciente de que a chegada de Hitler ao poder, em parte imputável às divisões da esquerda alemã, havia destruído o movimento comunista nesse país, adotou a linha de frente popular.

Um dos delegados franceses no congresso, Marcel Cachin, diretor do jornal comunista *L’Humanité*, ficou então horrorizado por constatar que a imprensa alemã via nas confusões em Brest a mão de seu partido. O jornal procurou, ao contrário, acalmar os ardores dos manifestantes. Seu redator-chefe, Paul Vaillant Couturier afirmou que nem “a Frente Popular nem os comunistas dos primeiros níveis quebraram vitrines, nem saquearam os cafés, nem arrancaram as bandeiras tricolores” (7). Não era necessário assustar as classes médias e os radicais apoiando essa explosão de cólera. As organizações da Frente Popular viam o perigo que havia em defender essas manifestações de rua, quando a conquista do poder se daria pelas eleições previstas para alguns meses mais tarde. Seguindo os passos dos comunistas, os jornais de esquerda criticavam os agitadores sem poder identificá-los. Muitas dezenas de trabalhadores foram presas; sempre prontos a desacreditar qualquer movimento social, os relatórios da polícia criticavam os “tarados” que haviam participado da balbúrdia. Socialistas e comunistas evocavam complôs, seja da extrema direita, seja de elementos incontrolados. Uma comissão parlamentar, que procedeu a uma investigação, não chegou a descobrir os eventuais “agitadores”. Um pouco como as greves de junho de 1936, dez meses mais tarde, as revoltas de Brest foram antes de mais nada fruto de uma

exasperação dos trabalhadores, assim como da esperança de mudança aberta pela Frente Popular. Militantes, assalariados, movidos por um sentimento de injustiça e vítimas de uma repressão sem precedentes, construíram um espaço de contestação de acordo com a tradição das lutas trabalhadoras francesas, mas pouco adequado ao contexto político do momento. Observador atento da vida política francesa, Leon Trotsky deduziu dos acontecimentos de Brest a necessidade de uma organização trabalhadora “de base”, mais adequada a provocar mudanças sociais que uma aliança eleitoral decretada “de cima” (8). Os militantes libertários também apoiaram essa análise, que condizia mais com seus princípios, e acrescentaram que a ação direta trazia mais perspectivas que uma vitória parlamentar.

Um ano depois, fábricas ocupadas na França

De qualquer modo, era preciso encontrar culpados. Enquanto as autoridades do Estado esforçavam-se por destruir em Brest a militância trabalhadora, as organizações de esquerda buscavam estabelecer uma lista de responsáveis. O militante comunista Paul Valière serviu de bode expiatório. Verdadeiro personagem de romance, orador nato e revolucionário profissional, ele mostrou-se particularmente ativo durante os dias de revolta. Querendo coordenar a ação dos manifestantes, incitando à revolta nos outros estaleiros, Valière estava absolutamente fora da linha do partido. Ele foi acusado de traição, de roubo, de ser um agitador pago pela polícia. Excluído do PCF, seguiu com sua ação de militante em Brest e aproximou-se dos libertários (9).

As manifestações de Brest espalharam-se para outros estaleiros, como em Toulon, Tarbes ou Lorient, mostrando a combatividade dos trabalhadores numa época em que a ameaça do fascismo e os efeitos da crise econômica fragilizavam um pouco mais a cada dia a democracia e a República. A aposta das organizações da Frente Popular foi privilegiar a ação pelas urnas – portanto, esperar as eleições de 1936 – mais do que apoiar um movimento cujo resultado lhes parecia imprevisível. Situação parecida aconteceu novamente com as ocupações das fábricas em junho de 1936, que dessa vez obrigaram o governo de Leon Blum a levar em conta as aspirações sociais dos trabalhadores e o potencial de revolta espontânea das massas. Em Brest, de qualquer forma, as eleições de maio de 1936 elegeram deputado o militante socialista Jean Louis Rolland. Ao longo dos anos trinta, numerosos intelectuais de esquerda quiseram revelar ao mundo o desejo de revolta do mundo trabalhador. Um dos que o fez melhor foi o escritor comunista Paul Nizan no seu romance *Le Cheval de Troie* [O Cavalo de Tróia], que apareceu em outubro de 1935, relatando justamente uma manifestação trabalhadora e chamando à Revolução. Alguns meses antes, o escritor, como enviado especial do *L’Humanité* em Brest, havia redigido dois artigos seguindo a linha oficial do Partido Comunista: que era preciso esperar as eleições de maio de 1936 antes de se atirar inconseqüentemente em um movimento revolucionário.

Notas

- (1) - Este artigo apóia-se em particular sobre notícias da imprensa nacional e local, além de um maço de documentos da época, intitulado “Manifestations contre les décrets-lois (Brest, juillet-août 1935)” [“Manifestações contra os decretos-lei (Brest, julho a agosto de 1935)”] e conservado nos arquivos departamentais do Finistere.

- (2) - A Frente Popular foi uma das experiências marcantes na trajetória da esquerda européia pré-II Guerra Mundial. Em 1934, o Partido Comunista propõe, como alternativa à fascistização do país (então, uma ameaça real), uma aliança entre comunistas, socialistas e o Partido Radical, de centro. As propostas ganha espaço e a aliança é firmada em 14/7/1935. Nas eleições de 3/5/1936, a Frente Popular chega ao poder, ao conquistar maioria no Parlamento. Governa até abril de 1938, um período tumultuado, marcado por efervescência social (greves com ocupação de fábricas), conquistas históricas (entre outras, a semana de 40 horas de trabalho, as férias e a escola pública até os 14 anos), hesitações e instabilidade institucional. (nota da edição brasileira).
- (3) - Ler Georges-Michel Thomas, *Brest la rouge [Brest vermelha]*, Paris-Brest, Editions de la Cité, Brest, 1989.
- (4) - Uma semana mais tarde se saberia tratar-se da bandeira vermelha.
- (5) - André Calvès, *Sans bottes ni médailles [Sem botas nem medalhas]*, La Brèche, Paris, 1984.
- (6) - IIIª Internacional Comunista fundada em março de 1919 por Lênin (dissolvida em 1943 por Stalin).
- (7) - *L'Humanité*, editorial, 7 de agosto de 1935.
- (8) - Leon Trotsky: "Front populaire et comités d'action", *La Vérité* ["Frente Popular e Comitês de Ação, *A Verdade*"], Paris, 26 de novembro de 1936.
- (9) - Embora não se disponha de biografia conseqüente desse militante, podemos consultar o Dictionnaire Biographique du Mouvement Ouvrier Français [Dicionário Biográfico do Movimento Trabalhador Francês] (volume 43), sob a direção de Jean Maitron e de Claude Pannetier, Editions de L'Atelier, Paris, 1992-93.

Tradução: Carolina Massuia de Paula

carolmpaula@yahoo.com.br

Partidos Políticos e Eleições na Democracia Representativa

Erisvaldo Souza

*Os homens podem mudar as coisas
as condições para tal já existem.
Max Horkheimer*

Na sociedade atual a partir da sua forma de organização, ou seja, o Estado burocratizado, os partidos políticos exercem um papel central, sendo que as eleições se tornam um momento crucial para estes. A relação entre o Estado, partidos políticos e em último caso as eleições, que é o desfecho de todo um processo de organização e que tem em sua base a “representação”. No Brasil existem diversos partidos políticos constituídos e diversas implicações sobre o que são, seus interesses e objetivos declarados ou não.

Nesse artigo vamos tratar dos partidos políticos e das eleições na democracia representativa, chamada também de democracia burguesa, pois é assim que entendemos a democracia. O termo “representação” é utilizado como uma simples forma de “representação” em um sentido simbólico, ou seja, não se trata de algo concreto e ainda mais, é algo fantasioso e mentiroso e busca enganar grande parte da sociedade, principalmente a classe trabalhadora. Grande parte dos partidos políticos são representantes exclusivos da burguesia. Tais argumentos serão aprofundados no decorrer do nosso texto.

Para desenvolvermos este artigo, vamos tratar de algumas questões sobre os partidos políticos e como estes se manifestam em nossa sociedade, principalmente em relação às eleições e que são comuns na democracia representativa, e posteriormente a democracia representativa, pois como podemos observar, as palavras que formam o título do nosso texto têm algo em comum, ou seja, estão próximos do tema que está sendo desenvolvido, ao mesmo tempo em que atuam no mesmo sentido, reproduzir a sociedade vigente.

O que são partidos políticos? Como estes se organizam? Quais são seus interesses e objetivos? Qual a sua relação com as eleições? O livro pioneiro de Robert Michels publicado no início do século XX nos fornece elementos importantes para que possamos desenvolver tais argumentos, porém o nosso objetivo é ir além dessa obra. A obra a qual estamos nos referindo é a *Sociologia dos Partidos Políticos* que será o nosso ponto de partida. O modelo de partido analisado por Michels é o partido social democrata, bem característico do início do século XX.

Michels reconhece o papel dos partidos políticos, vejamos o que ele afirma sobre essa questão: “Todos os partidos perseguem atualmente um objetivo parlamentar. Sua atividade evolui sobre o terreno eleitoral e legalitário, seu fim imediato consiste na aquisição de uma influência parlamentar e seu fim último no que chamamos a “conquista dos poderes públicos” (Michels, 1982, p. 54). O autor aponta para uma questão fundamental para entendermos os partidos políticos, pois o principal objetivo de um partido político constituído dentro da democracia representativa é a chegada ao

poder. Por outro lado o mesmo autor afirma que é para realizar essa conquista que os representantes dos partidos políticos revolucionários entram no corpo legislativo. Mas o trabalho parlamentar que eles ali realizam, inicialmente a contragosto, depois com uma satisfação e um zelo profissional crescentes, os afasta cada vez mais dos seus eleitores. Um partido político ao chegar ao poder do estado constituído, passará a distribuir cargos aos membros, principalmente os que exercem cargo de direção no partido.

Existem diversas formas que levam um partido político ao poder. Neste caso podemos citar as eleições pelo voto, e o golpe de estado, utilizando-se de forças militares ou civis para tomar o poder do Estado constituído. Os revolucionários que o autor se refere, a nosso ver não são revolucionários, pois partidos políticos ou grupos coletivos que se mostram conscientes da sua realidade não participam de eleições ao modelo burguês e ao mesmo tempo não querem chegar ao parlamento como é exposto pelo autor, a não ser que tais pessoas ou grupos afastados dos seus ideais revolucionários passam a aceitar as leis impostas pela burguesia que regem a sociedade e os partidos políticos. Muitos líderes de partidos políticos ditos revolucionários preferem a participação no parlamento a lutar por uma mudança mais radical da sociedade. Um partido revolucionário não está organizado da mesma forma que um partido político burguês e que visa conquistar o poder do Estado, e sim a partir da consciência coletiva e da luta coletiva pela transformação da sociedade, na qual não existem relações entre dirigentes e dirigidos, como é o caso de Michels que analisa o partido social democrata alemão.

Michels formula alguns questionamentos importantes sobre os partidos políticos, dizendo: “o que é na verdade um partido político moderno? Uma organização metódica das massas eleitorais”. (Michels, 1982, p. 220). Sem dúvidas os partidos políticos são fenômenos modernos e emergem juntamente com a sociedade capitalista, os partidos políticos e a forma de democracia que estes defendem e representam, são frutos das diversas lutas sociais existentes durante o século XIX e grande parte do século XX e ainda permanecem até os dias de hoje, a luta de classes em nossa sociedade acontece em diversos segmentos da sociedade não só nos partidos políticos.

Os partidos políticos podem ser definidos da seguinte forma: “Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classes existentes. (Viana, 2003, p. 12). Uma ideologia na concepção marxista é entendida como: falsa consciência ou inversão da realidade, vejamos por que: “A consciência não pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. Se em toda ideologia os homens e as suas relações aparecem invertidos como numa câmara obscura, é porque isto é o resultado do seu processo de vida histórico. (Marx & Engels, 2005, p. 26). Podemos dizer que a nossa consciência é produzida socialmente e é determinada por relações sociais reais e concretas, fora desta perspectiva é uma ideologia como é apontado acima. A partir da sua forma de organização, os partidos políticos são constituídos necessariamente de um corpo técnico burocrático disciplinado, pois é assim que estes estão organizados para chegar ao poder estatal. Os partidos políticos devem

ser entendidos a partir da relação entre dirigentes e dirigidos, onde a burocracia partidária, ou seja, os burocratas dirigem as massas, mas nem sempre essa relação é harmoniosa. No seio do partido existe a luta de classes ou a luta entre grupos que são do partido e que são da mesma classe social, como é o caso dos partidos burgueses.

O mediador desses conflitos na sociedade atual é o Estado, que funciona como sendo o intermediário para amortecer as lutas sociais, seja através das concessões para a classe trabalhadora ou até mesmo na repressão através do uso da força que é praticada pela polícia, exército, etc. (Bernardo: 1998); retomando elementos da obra de Marx e Engels que contribuem para uma concepção de Estado, recordamos a seguinte frase: o Estado é o comitê de negócios da burguesia (*O Manifesto Comunista de 1848*). O Estado para Marx e Engels, além de aparelho de coação sobre a classe explorada, é uma espécie de árbitro das divergências surgidas entre os exploradores. Podemos dizer que na sociedade capitalista, os explorados são a imensa massa de trabalhadores que são obrigados a vender sua força de trabalho para não morrer de fome. O grande mérito da teoria do Estado de Bernardo é que este amplia a concepção de Estado, analisando o Estado em um sentido amplo e não em um sentido restrito, ou seja, o Estado não está restrito somente ao campo político. Recordando uma citação de Marx em o *18 Brumário de Luis Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997, p. 21).

O autor reconhece que o Estado: “Longe de ser a própria sociedade que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o Estado que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina”. (Marx, 1997, p. 24). Marx afirma que a revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda a veneração supersticiosa do passado. Em um texto produzido por (Arendt, 2001), esta autora contrariando alguns que acham que a classe trabalhadora está diminuindo ou até mesmo para os mais pessimistas de que esta já não existe mais, produz alguns questionamentos, importantes: o que existe em nossa sociedade a não ser uma imensa massa de trabalhadores? Acertadamente, pois não existe produção sem ferramentas, máquinas e mais ainda sem o trabalho humano. Neste caso, ficam mais algumas dúvidas tais como: Quem então produz toda a riqueza em nossa sociedade? Pergunta fácil de responder, é obvio que é a classe trabalhadora. “Mediante violenta opressão numa sociedade de escravos, ou mediante a exploração na sociedade capitalista da época de Marx, pode ser canalizada de tal forma que o labor de alguns é bastante para a vida de todos” (Arendt, 2001, p. 99).

Tal perspectiva pode ser apontada nos dias de hoje, pois a classe trabalhadora é quem de fato produz toda a riqueza que sustenta as diversas classes sociais dentro do sistema capitalista de produção, esta classe social se vê obrigada a vender a sua força de trabalho dentro dessa mesma sociedade. A discussão sobre alguns elementos da constituição do Estado torna-se importantes para o nosso trabalho, pois é onde os partidos políticos atuam e que a nosso ver estes atuam no sentido de reproduzir a ideologia dominante e inverter a realidade de grande parte da sociedade. Os partidos

políticos atuam para fortalecer o comitê central de negócios da classe dominante, como apontavam Marx e Engels, sendo que neste caso, tal forma de organização jamais será boa para a classe trabalhadora, pois as eleições apenas demonstram um período de extrema alienação para os trabalhadores que devem negar tais processos políticos, sejam votando nulo e ao mesmo tempo se organizar coletivamente lutando por uma nova forma de organização que seria a auto-organização da classe trabalhadora.

Os partidos políticos buscam chegar ao poder. Quais são suas estratégias? Os partidos políticos declaram um interesse que é falso, ou seja, estes dizem “representar o povo”, mas na prática estes não representam quem eles dizem representar (o povo) e sim a classe burguesa. Os partidos políticos dizem representar os pobres, oprimidos, trabalhadores, com o objetivo de conseguir uma quantidade maior de votos, é com o voto da maioria que estes conseguem vencer as eleições, pois o voto da burguesia que é a minoria em nossa sociedade não vai eleger seus representantes e levá-los ao poder político. É com a ideologia da representação bem como coloca Viana, que os partidos políticos ofuscam a visão de qual classe o partido representa realmente. O partido político moderno tem uma forma de organização complexa, por isso o nosso interesse em mostrar de forma concreta a sua forma de organização seus e objetivos.

Assim, podemos citar os componentes de um partido político: “O partido político é um agrupamento de indivíduos com origem, idéias e interesses diferentes. São indivíduos que nasceram, foram criados e educados na (e para) sociedade burguesa”. (Viana, 2003, p. 82). Sabemos que a sociedade capitalista é marcada pela luta de classes e uma concorrência acirrada entre os indivíduos que a compõem, neste caso tal luta e concorrência aparecem no partido político moderno, o que permanece no partido é o interesse burguês.

“Os indivíduos que estão no partido não são indivíduos revolucionários. A condição de vida deles é completamente diferente de um operário. Um operário não possui controle do seu trabalho, do produto do seu trabalho e muito menos do “seu” partido”. (Viana, 2003, p. 83). Realmente um indivíduo dentro de um partido político da forma que estão organizados na sociedade capitalista, tem uma vida completamente distinta da vida de um trabalhador, dentro do partido o trabalhador tem outros objetivos, ao mesmo tempo em que se afasta dos seus interesses revolucionários. E o que ele busca no partido político? Este na verdade quer melhorar de vida, neste caso o partido político é o meio para que ele possa atingir seu objetivo, que é o de melhorar de vida, é neste sentido que a classe trabalhadora não deve acreditar em determinados partidos políticos que dizem representar “o povo”.

Otto Rühle, teórico alemão, discutindo sobre partidos políticos, principalmente sobre o partido bolchevique no qual disparou diversas críticas demonstrando o papel conservador desse partido, negando a ideologia da vanguarda defendida e praticada por Lênin e seus discípulos durante a “revolução russa de 1917”. Rühle em sua crítica foi contundente ao afirmar que uma revolução não é tarefa de partido. Lênin defendia que para o proletariado realizar uma revolução, seria necessário uma “vanguarda iluminada” para direcionar a classe proletária, fato este que é acertadamente contestado por Rühle, pois o que foi instituído por Lênin após a revolução de 1917, foi uma ditadura, chamada

também de capitalismo de Estado, sendo que a extração do mais valor se encontrava nas mãos do Estado soviético, ou seja, os burocratas que controlavam o Estado instituindo sua forma de dominação. Uma crítica do Estado soviético pode ser encontrada em (Tragtenberg 1989).

Um dos fatores que legitimam a democracia representativa são as eleições que são um momento onde todos os cidadãos escolhem seus representantes, nesse sentido torna-se importante a discussão de como tudo isso ocorre, através do processo político que é comum em uma forma de organização a partir da democracia representativa e dentro do Estado capitalista.

O regime político democrático é aquele no qual o Estado se relaciona de uma determinada forma com as classes sociais. “A democracia é um regime político onde se permite uma participação restrita das classes sociais e frações de classes na constituição das políticas estatais, sob formas que variam historicamente” (Viana, 2003, p. 45). Se for algo restrito, então neste caso não é bom para todas as classes sociais, ou seja, nem todos participam dessa forma “democrática” de governo, neste caso tal forma de organização é de extrema importância somente para uma classe social, que é a burguesia.

É nos parlamentos que temos a elaboração das diversas leis que regem o país, inclusive as leis que regulam as eleições dentro desse mesmo Estado, existindo diversos poderes constituídos, vejamos por que:

“A separação dos três poderes, por sua vez, cumpre o papel de dificultar qualquer colaboração com a transformação social através do processo eleitoral. Através do processo eleitoral se elege aqueles que vão assumir o poder executivo e o poder legislativo. Isto quer dizer que o poder judiciário, que cumpre o papel de fiscalizar e julgar as infrações à lei, não é acessível a qualquer cidadão que tenha o direito de se candidatar a qualquer “cargo público”. (Viana, 2003, p. 64).

Fica evidente como o Estado se organiza para a manutenção das relações sociais burguesas dentro desse mesmo Estado, sendo que o processo político é um instrumento auxiliar tendo como elemento os partidos políticos, para isso estes dividem os poderes dificultando qualquer ação para a transformação social, neste caso fica a dúvida, então como as pessoas chegam até o poder? O próprio autor responde, utilizando elementos da obra de Marx:

“A forma de recrutamento dos integrantes do poder judiciário, na maioria dos casos, é através de concurso público (o sistema de exame, qualificado por Marx como “batismo burocrático do saber”), o que impede que aqueles que discordam da ideologia do poder judiciário sejam reprovados. Além disso, o concorrente precisa ter um currículo que lhe permita participar do concurso, tal como possuir o diploma do curso de direito”. (Viana, 2003, p. 64).

O Estado como organizador da sociedade não é neutro, sempre vai intervir em nome da classe dominante. A burocracia toma conta de todos os segmentos do Estado, até mesmo dos partidos políticos. Os poderes que constituem o Estado são altamente burocráticos, os poderes legislativo, executivo e judiciário atuam de forma sistemática

em nome da burguesia para manter essas relações de dominação, tal dominação nos lembra um outro teórico contemporâneo de Marx que afirma: “A lei é feita pelos burgueses, para os burgueses, e é exercida pelos burgueses contra o povo. O estado e a lei que o exprime só existem para eternizar a escravidão do povo em proveito dos burgueses” (BAKUNIN, s/d, p. 37). O Estado tem como objetivo amortecer as lutas sociais, até mesmo institucionalizar tais lutas. Sua forma de organização é bastante complexa, dificultando a entrada de alguns grupos sociais dentro do próprio Estado, ao mesmo tempo em que institui leis para manter a sua dominação. É neste sentido que ele atua como o intermediário dos conflitos sociais e suas possíveis soluções.

Em *Estado e Democracia* (1998), Saes analisa tanto o Estado como a democracia. Saes trás alguns elementos importantes para a nossa discussão: “De um lado, a instituição presidencial de um Estado democrático-burguês gera, nas massas populares, o sentimento de que o conjunto complexo do aparelho de Estado burguês se resume a um só indivíduo (o Presidente)” (Saes, 1998, p. 138). Mas toda essa sensação que as massas sentem, além de não ser em toda a sociedade, não passa de uma ideologia no sentido marxista do termo como foi colocado em outra oportunidade no texto.

“Embora se constitua numa forma de organização do Estado (de Classe) burguês, a democracia burguesa é o resultado deformado de um processo de luta, não correspondendo às intenções, nem de um, de outro dos agentes” (Saes, 1998, p. 161). Não resta dúvida que todo o processo que levou a instituição da democracia burguesa no mundo foi fruto das diversas lutas sociais, entre as classes sociais existentes dentro do capitalismo, a saber, a burguesia e o proletariado. Como o próprio nome sugere a democracia burguesa jamais foi ou será satisfatória para a classe trabalhadora.

Retomando um dos autores marxistas do século XX, podemos dizer que: “Só o proletariado e só ele se torna capaz de através do desenvolvimento da sua consciência de classe, tornada tendencialmente prática, superar, as cadeias de uma ultima imediatez” ou “abstração” (Korsch, 1977, p. 178). Neste caso a grande preocupação desse autor é a retomada de princípios básicos do marxismo e que são importantes para a classe trabalhadora, pois esta classe tem um grande potencial e que parece amortecido em relação às lutas sociais, apesar de que elas não deixaram de existir. O Estado da forma que se encontra organizado jamais será satisfatório para a classe trabalhadora, pois sua democracia além de representativa permanece burguesa, fato este que não interessa a classe trabalhadora, a esta classe só interessa a transformação da mesma. Portanto, sua liberdade será o fim da dominação de classe, inaugurando uma nova forma de organização da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo, Luta Libertária, s/d.
- BERNARDO, João. *Estado: A Silenciosa Multiplicação do Poder*. São Paulo, Escrituras, 1998.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas Kugelmann*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Centauro, 2005.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

SAES, Décio, *Estado e Democracia*. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia, Germinal, 2003.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo, Ática, 1989.

Erisvaldo Souza

Historiador e Especialista em Ciência Política
pela UEG - Universidade Estadual de Goiás.

Globalização Financeira e Capital-Dinheiro

Luis Estenssoro

O termo globalização tem um significado controverso, por vezes ideológico, mas aqui o utilizamos como representando uma nova configuração do capitalismo, caracterizada pela desregulamentação e liberalização do comércio internacional, dos investimentos produtivos diretos e dos fluxos financeiros, confluindo para a internacionalização da produção, da circulação e do consumo. Esta configuração do sistema econômico coloca-se, historicamente, dentro de um processo de mundialização que remonta às cruzadas, passa pelos descobrimentos, conquista, colonização, imperialismo, transnacionalização de empresas, internacionalização dos mercados, principalmente os financeiros, e, agora, culmina com a formação de um espaço econômico, político, estratégico, informacional e tecnológico cada vez mais integrado e global. Este cenário é organizado pelas corporações transnacionais e pelas organizações multilaterais, que estruturam os processos de dominação política e apropriação econômica que caracterizam a globalização. (Ver: Ianni, 1995; Gonçalves, 1999).

Ora, existe uma interdependência entre a Ordem Econômica Internacional e este modo de desenvolvimento capitalista. Segundo Furtado (1987), do modo de desenvolvimento do capitalismo atual resulta o “duplo processo de concentração de renda”: primeiro, em benefício dos países centrais, e, em segundo lugar, em favor das classes dominantes dentro de cada país. A Ordem Econômica Internacional que se estrutura a partir deste modo de desenvolvimento, ao fazer “a prosperidade das empresas transnacionais, aprofunda as desigualdades regionais e agrava as injustiças sociais nos países de baixo nível de acumulação”. Conseqüentemente, falar na Ordem Econômica Internacional é “colocar simultaneamente o problema da estrutura de poder em escala mundial e o das formas de organização sócio-econômica” no planeta. Isto é, coloca-se no centro do debate o tema da falência do Sistema Internacional resultante de Bretton Woods, e o tema da crise do capitalismo na Era da Globalização.

A reorganização do Sistema Internacional após a queda do Muro de Berlin e do Sistema Soviético está ligada à forma como o capitalismo se desenvolve nesta fase globalizada; apóia-se, portanto, na manutenção do duplo processo de concentração de renda. Neste sentido, podemos dizer que a globalização não significa a universalização do bem-estar material, mas a reestruturação da Ordem Econômica Internacional segundo os imperativos da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e das novas formas de organização da produção e do trabalho, processo que generaliza os contrastes entre a riqueza e a pobreza.

Neste contexto, as diferentes velocidades de ajustamento e reestruturação setorial das economias nacionais derivam de movimentos do investimento direto externo, dinamizado pelos mercados financeiros integrados globalmente, bem como de fluxos comerciais internacionais, facilitados ou não pela filiação a blocos geoeconômicos regionais, muito mais do que do poder de decisão (decrecente) dos Estados Nacionais, que perdem eficácia na sua função de planejar, regular, investir e financiar estratégias de desenvolvimento nacional. Ocorre um aprofundamento das assimetrias entre as nações ricas e pobres do planeta, em função das incomparáveis vantagens acumuladas e realimentadas pelo centro capitalista, e, simultaneamente, forma-se uma crescente desigualdade na distribuição de renda mundial entre as classes sociais, fato que os Estados Nacionais não mais conseguem confrontar com seus mecanismos tradicionais. Nisto consiste a crise do capitalismo.

Conforme pesquisamos em outra oportunidade (Estenssoro, 2003), a crise capitalista que se dá em três níveis: 1) *crise do modelo neoliberal de crescimento econômico* (Salama e Valier, 1997; Salama, 1998); 2) *crise do padrão de acumulação dependente* (Fernandes, 1973; Ianni, 1988); e 3) *crise do modo de produção capitalista* (Marx, 1972; Chesnais, 1998). Pode-se falar também da existência de uma *gestão capitalista da crise* comandada pelas instituições econômicas internacionais¹, pelos grandes conglomerados transnacionais² e pelo sistema financeiro internacionalizado³, que são responsáveis pela crescente transnacionalização do processo decisório, tanto econômico quanto político (Sunkel, 1987; Furtado, 1987).

Essas forças econômicas da globalização reduzem e até anulam a capacidade dos Estados Nacionais de se contraporem aos mercados em nome dos direitos sociais do cidadão, criando o que se chamou de *regimes globalitários* (Ramonet, 1997), onde não se admite outra política econômica que não seja subordinada à razão competitiva, dado o acirramento da concorrência internacional, e onde os mercados financeiros têm a direção das sociedades, no que já se chamou de *regime de acumulação mundializado sob dominância financeira* (Chesnais, 1998: 21-53). Segundo Chesnais, este regime de acumulação está estruturado como “totalidade sistêmica mundial ao mesmo tempo diferenciada e fortemente hierarquizada”, tendo como contraponto a “convergência para o centro das contradições” (Estados Unidos), e como característica primordial o “domínio do capital financeiro e sua reprodução na forma dinheiro” ($D \rightarrow D'$).

Vejam melhor este ponto. Na teoria da acumulação de Marx, com uma quantidade inicial de dinheiro (D) um capitalista compra mercadorias (M), constituídas por bens de produção (capital constante - C) e força de trabalho (capital variável - V), que se transformam durante o processo de produção em produtos e novas mercadorias (M'). Ao serem vendidas no mercado, estas mercadorias retornam à sua forma de dinheiro (D'), sendo que D' é maior que D ($D' > D$), graças ao lucro (P) que é, fundamentalmente, a mais-valia obtida pelos capitalistas na realização do capital. A taxa de mais-valia é P/V . A taxa de lucro é $P/(C+V)$. A composição orgânica do capital é expressa pela fórmula C/V . Assim, o “capital-dinheiro” (D) transforma-se em capital-mercadoria (meios de produção e força de trabalho - M), o qual se transforma, durante o processo de produção, em mercadorias (M') que, por sua vez, ao realizarem o ciclo do capital, voltam a ser “capital-dinheiro” ($D' = C+V+P$). O circuito do capital é então: $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$. A realização do capital se dá, portanto, quando o capitalista vende M'. (Miglioli, 1982: 77-96; Estenssoro, 2003: 44-52; Marx, 1982).

Ora, no *padrão de acumulação sob hegemonia financeira* os ganhos de produtividade são apropriados pelo capital financeiro mesmo se as taxas de crescimento dos outros setores forem baixas. Nesta *globalização financeira*, a “autonomia relativa”

¹ Na Conferência de Bretton Woods (1944) estabeleceram-se as bases da ordem econômica internacional do pós-guerra, criando-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). A Organização Mundial do Comércio (OMC) surge apenas em 1995, como sucessora qualitativamente superior do GATT (acordo comercial criado em 1944).

² Para estimar a força desses conglomerados podemos dizer que, em 2001, a região da América Latina e do Caribe tinha um PIB de US\$ 2 trilhões, equivalente à dimensão de apenas 14 grandes corporações transnacionais naquele ano; em 2000, o PIB do Mercosul de US\$ 900,89 bilhões equivalia ao faturamento das 5 maiores empresas transnacionais daquele ano (Exxon Mobil, Wal-Mart, General Motors, Ford, Daimler Chrysler). Fortune, “Global 500”, <http://www.fortune.com>; Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/data/>

³ Nesta época da globalização, o crescimento dos mercados financeiros é excepcional: o mercado de derivativos, por exemplo, passou de US\$ 1,6 trilhão, em 1987, para US\$ 10 trilhões em 1993, sendo que em 1998 já era de US\$ 70 trilhões e, em 2002, chegou a US\$ 128 trilhões. Coggiola, Osvaldo “A Crise Estrutural do Capital” (in: Coggiola, 1998), p. 342; The Economist, 13 de março de 2003.

dos mercados financeiros decorre do grande diferencial da taxa de crescimento destes em relação à dos investimentos produtivos (Chesnais, 1996: 261; Marx, 1982). Este crescimento exponencial causa também instabilidades no sistema financeiro. Trata-se do *risco sistêmico* decorrente da existência de um mercado financeiro internacionalizado.

Analisemos primeiro a questão da “autonomia relativa” do *poder financeiro*. Originalmente, a independência relativa do capital financeiro em relação ao capital produtivo está compreendida na própria constituição do “capital a juros” como parte do capital total, juntamente com o capital comercial e o capital industrial. O capital a juros, enquanto unidade do processo de produção e do processo de circulação, pode ser vendido, ele mesmo, como fonte de lucro. Segundo Marx, “o tempo de retorno [de um investimento produtivo] depende do processo real de produção; no capital a juros, seu retorno como capital *parece* depender da mera convenção entre os emprestadores e os tomadores”. Mas, o fato de *parecer* que o capital financeiro “não se priva de sua forma dinheiro, não significa que, na realidade, resulte inequivocamente dos retornos reais do processo de produção”. O juro, que representa o *valor da mera propriedade do capital*, transforma o “dinheiro *em si*” (soma de valor) em *propriedade do capital*, e, portanto, em *mercadoria* ou “dinheiro *para si*”, isto é, em *valor que valoriza a si mesmo*, na medida em que é emprestado ao capitalista industrial. Este, ao explorar a força de trabalho, extrai mais-valia suficiente para pagar os juros e ter lucro, ele mesmo. “O emprestador vende ao capitalista industrial seu dinheiro como coisa extratora de juros. Sendo valor que se conserva a si mesmo, pode o capitalista industrial devolvê-lo depois de um prazo livremente contratado. Já que, anualmente, cria determinada mais-valia, juros, ou melhor, aumenta de valor em qualquer período, pode também pagar essa mais-valia ao emprestador; cada ano ou depois de qualquer outro prazo combinado.” (Marx, 1982: 193-194). Portanto, temos que o banqueiro tem a propriedade jurídica do capital, e o capitalista industrial detém os meios de produção ou propriedade econômica do capital.

Disto decorre que o capital financeiro pode ter a mesma função que a terra, na medida em que esta possibilita captar uma parte da mais-valia. Mas, ao contrário da terra ou da indústria, o capital financeiro representa a transformação da propriedade do “dinheiro em si” (soma de valor) em propriedade do “capital” (“potência econômica da sociedade burguesa”), isto é, em *valor que se valoriza a si mesmo*, em “dinheiro para si” (mercadoria). Daí a sua “autonomia relativa” enquanto força econômica e social.

Como vimos, Marx afirma que, no desenvolvimento do capital, parte-se de uma forma $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$ (significando a metamorfose do dinheiro em fatores de produção, depois em mercadoria e, posteriormente, em dinheiro acrescido de lucro, após a sua realização no mercado), para chegar a uma forma $D \rightarrow D'$ (isto é, “dinheiro-mercadoria” gerando, na sua forma “capital-dinheiro”, juros sobre o montante inicial), que nada mais é do que o resultado da primeira. Porém, diz Marx, “agora encontramos $D \rightarrow D'$ como sujeito”, na medida em que “a mais-valia produzida por ele [dinheiro], o mais-dinheiro, em que se transforma ou é, aparece como taxa determinada, medida pela massa da própria soma de dinheiro” (Marx, 1982: 196-197). O capital financeiro adquire assim uma personalidade própria, passa a ser um *sujeito social*.

Dito de outra forma: a taxa de juros de X% é um dado de realidade para toda a sociedade, o que torna a acumulação de “capital-dinheiro” *sujeito* no processo de valorização do capital. Essa autonomia que adquire um segmento de classe, o conjunto de banqueiros, o capital financeiro, impõe-se a toda a sociedade como uma *condição objetiva incontornável* a todos os agentes econômicos. Mais ainda, desempenha-se como um *sujeito* que pode comandar, impor, controlar. Configura-se, portanto, como um *poder social* sobre muitos mecanismos econômicos da economia capitalista. Esta é,

sem dúvida, a origem do crescimento e fortalecimento do “capital de juros” em todo o planeta.

Contemporaneamente, a “autonomia relativa” do capital financeiro assume outra dimensão. Trata-se de um desenvolvimento que transforma a sua relativa independência em um fenômeno que compromete o sistema econômico: surge um *risco sistêmico*. Este tem seu epicentro na massa de recursos financeiros dos mercados que não se submetem a controles governamentais, principalmente depois do aparecimento do chamado “euromercado”.

Viabilizado pelo déficit norte-americano, a criação e crescimento do “euromercado” foi a principal origem do mercado financeiro fora do alcance das regulamentações governamentais. Este mercado internacional foi alimentado pelos “petrodólares” e por todo tipo de divisas não-regulamentadas, ou mesmo ilegais (“narcodólares”), e logo se tornou fonte de divisas para os países do Terceiro Mundo, que assim constituíram sua dívida externa. Posteriormente, a securitização (titularização) dos ativos destas dívidas públicas realimentou o mercado financeiro internacional. Igualmente, a desregulamentação e descompartimentação dos mercados financeiros nacionais, bem como a existência de praças *offshore*, proporcionaram, à maioria das corporações que se internacionalizavam, bem como aos bancos multinacionais, a possibilidade de realização de operações financeiras num *mercado de capitais internacionalmente integrados*. Criou-se, portanto, um verdadeiro *sistema financeiro global privado*, que permitiu ao capital movimentar-se por todo o globo livremente.

Segundo Andreff, entre 1970 e 1990, o volume das divisas em bancos multinacionais multiplicou-se por 12 (doze), seus créditos internacionais por 32 (trinta e dois), e seus depósitos transnacionais por 23 (vinte e três). O tamanho dos mercados financeiros internacionais era estimado por este autor em US\$ 43 trilhões em 1992; hoje este montante deve ser muito maior devido aos novos produtos financeiros e “derivativos” de vários tipos, produtos estes que “suplantaram os xenomercados tradicionais”, tais como o “euromercado”. Com tudo isto, os movimentos de capitais “tornam-se amplamente autônomos em relação ao financiamento da produção e das trocas” (Andreff, 2000: 112-118), ocasionando uma instabilidade inerente ao sistema assim configurado.

Muito bem, o *risco sistêmico* aparece concretamente no mercado financeiro quando há uma valorização de títulos pré-existentes sem nenhuma conexão com o valor intrínseco dos ativos. O incremento das transações que são replicadas em mercados alavancados com instrumentos de margem (isto é, que não exigem integralização do capital que se aposta), como são os mercados de opções, futuro e “derivativos”, provocou uma multiplicação de transações financeiras que, aliada à velocidade que a telemática traz às mesas de operação, criou a possibilidade de aumento exponencial do capital envolvido neste mercado financeiro. Estes fatos permitem que o mercado financeiro se “descole” do setor produtivo em momentos que são chamados de “bolhas”, como foi, por exemplo, a “bolha” das empresas de informática nos Estados Unidos (Nasdaq, março de 2000), que atingiu o mundo todo. Esse “descolamento” representa uma multiplicação de meios de pagamento (dinheiro, crédito e títulos) que não têm contrapartida na criação de valor na economia produtiva, no aumento da produtividade, ou mesmo no crescimento econômico baseado em bens e serviços. Neste sentido, trata-se de uma “riqueza virtual” que, contudo, gera demanda, o que a faz bastante concreta.

Estamos cientes da crítica que Marx endereça ao “socialismo vulgar” (anarquismo ou socialismo libertário) de Proudhon, acusando-o de, na sua crítica ao

capital de juros, “apenas insistir no desenvolvimento do crédito burguês”, uma vez que critica a “irracionalidade” do capital financeiro, e não ataca o cerne da questão. Na verdade, vamos por outra direção: o “descolamento” ao qual aludimos é uma análise referente ao aumento da “razão de juros” (taxa de juros) durante a fase de globalização da economia, viabilizada pelo aumento do preço das ações em bolsa de valores e pelo crescimento exponencial do mercado financeiro. Isto causa uma inflação de ativos que possibilita à “taxa de juros” emancipar-se da “taxa de lucro médio de longo prazo” dos investimentos produtivos, “descolando” o mercado financeiro da esfera produtiva. Para termos uma dimensão do fenômeno, estima-se que este capital financeiro global cresça a uma taxa de 15% ao ano, superando o desempenho do PIB e da acumulação de ativos fixos (Lacerda, 2002).

Ora, não somente ocorre um enriquecimento real acelerado dos agentes econômicos detentores de moeda, crédito, títulos e produtos derivados, como também é clara a inflação de ativos em nível internacional, dando lugar a um “descolamento” da esfera financeira com relação à esfera produtiva. Ou seja, se há um aumento da “razão geral de juros”, é sinal que há mais demanda de dinheiro do que oferta de dinheiro, na sua forma de mercadoria, na sua forma de capital de juros “emprestável”. É sabido que uma oferta maior que a demanda gera inflação, portanto estamos diante de uma inflação mundial. Com a inflação mundial (da qual as “bolhas” são um sintoma), a “taxa de juros”, como dissemos, deixa de corresponder à “taxa de lucro médio de longo prazo” dos investimentos produtivos, que é o parâmetro da lucratividade do capital, ocasionando o “descolamento” ao qual nos referimos. Além disso, esta inflação de ativos está também em função da “sucção de capitais” das esferas produtiva e comercial para a esfera financeira (Chesnais, 1996).

Contudo, esta tendência inflacionária mundial foi atenuada recentemente devido ao aumento da oferta mundial de força de trabalho, graças à entrada dos trabalhadores da China, URSS e Índia no mercado capitalista. Isto permitiu que o preço de produção de produtos intermediários e de baixa tecnologia declinassem consideravelmente, devido aos baixos salários desta massa de trabalhadores. Conseqüentemente, os produtos produzidos e exportados para os países centrais baratearam o custo de vida de vários países, aumentando o poder de compra dos trabalhadores, principalmente na OCDE. Com isto pôde-se manter ou até reduzir o nível dos salários nos países centrais. Além disso, o próprio acirramento da competição internacional globalizada reduziu os preços dos produtos de maneira geral. Os efeitos desta situação são os seguintes: em primeiro lugar, a redução do preço dos produtos intensivos em trabalho; em segundo lugar, a redução da taxa real dos salários (e do poder de barganha dos trabalhadores, que se refletiu no enfraquecimento dos sindicatos); por último, o aumento do retorno real do capital, isto é, aumento do lucro dos capitalistas, via maior extração da mais-valia. Este último fenômeno é evidente, pois, como sabemos, o aumento da mais-valia relativa se dá pela redução do preço dos bens-salário, ou seja, pelo barateamento do preço dos bens que o trabalhador consome com seu salário. Conseqüentemente, derivado deste estado de coisas, aconteceu no cenário contemporâneo internacional um aumento da participação dos lucros na renda nacional, na maioria dos países, e uma diminuição na mesma da parcela relativa aos salários. Tudo isto num cenário de inflação controlada e taxa de juros moderada. Entretanto, a pressão sobre os preços é ainda sentida nas “bolhas” existentes, principalmente no mercado imobiliário⁴.

⁴ The Economist, *Survey: China*. The Economist, Londres, 23 Mar 2006; The Economist, *Survey: World Economy*. The Economist, Londres, 14 Set 2006.

Retomando o fio da meada: sabemos que ambos, “capital-dinheiro” e capital produtivo, são o *mesmo* capital, juntamente com o capital comercial. Os três são subdivisões do mesmo capital. O mesmo capital aplicado em ramos diferentes da economia, inclusive com interconexões e interdependências claras e consistentes. Não têm base na realidade, portanto, as afirmações de que este *sistema financeiro privado globalizado* seria “irracional” ou “anárquico” ou mesmo que estaríamos diante de uma “economia de cassino”. Se observarmos com atenção, veremos que a lógica e a estrutura deste mercado internacional repousam sobre os produtos financeiros (“dinheiro-mercadoria”) que têm a sua valorização garantida por meio de três processos:

a) Busca constante de rentabilidade por meio da mobilidade, flexibilidade e liquidez do “capital emprestável”, conquistada pela multiplicação e diversificação dos instrumentos e produtos financeiros;

b) Existência de “lucros financeiros” decorrentes da variação do valor relativo do preço dos produtos financeiros, seja entre os diferentes mercados ou entre as diversas moedas ou mesmo pela variação do preço das ações, etc.; e, principalmente:

c) Existência de um “lucro adicional” ou “superlucro”, que revela, ante tudo, a valorização deste “capital-dinheiro” derivada da inflação de ativos *gerada pelo aumento da composição orgânica do capital* (C/V). Ou seja, o capital constante (C - ativos imobilizados) fica maximizado diante do capital variável (V - força de trabalho), em decorrência do achatamento dos custos de mão-de-obra com relação aos lucros crescentes e astronômicos dos agentes financeiros.

Portanto, as empresas financeiras nesta fase de globalização constituem um setor que tem “superlucros” na sua atividade econômica. Não poderia ser de outra forma, pois dado que a “taxa de lucro” é o lucro (P) sobre o capital constante e sobre capital variável (C+V), o cálculo da “taxa de lucro” (P/(C+V)) revela uma rentabilidade extraordinária. Trata-se, igualmente, de um setor no qual a “taxa de mais-valia” (P/V) é altíssima. Este processo de criação de mais-valia é magnificado na medida em que ocorrem transferências das esferas produtiva e comercial em direção ao mercado financeiro. Em suma: se, por um lado, a comparação entre preços de mercado com os custos de produção aponta para um “lucro adicional” do setor financeiro, um “superlucro”, por outro lado, concomitantemente, ocorre o “descolamento” do mercado financeiro da esfera produtiva da economia.

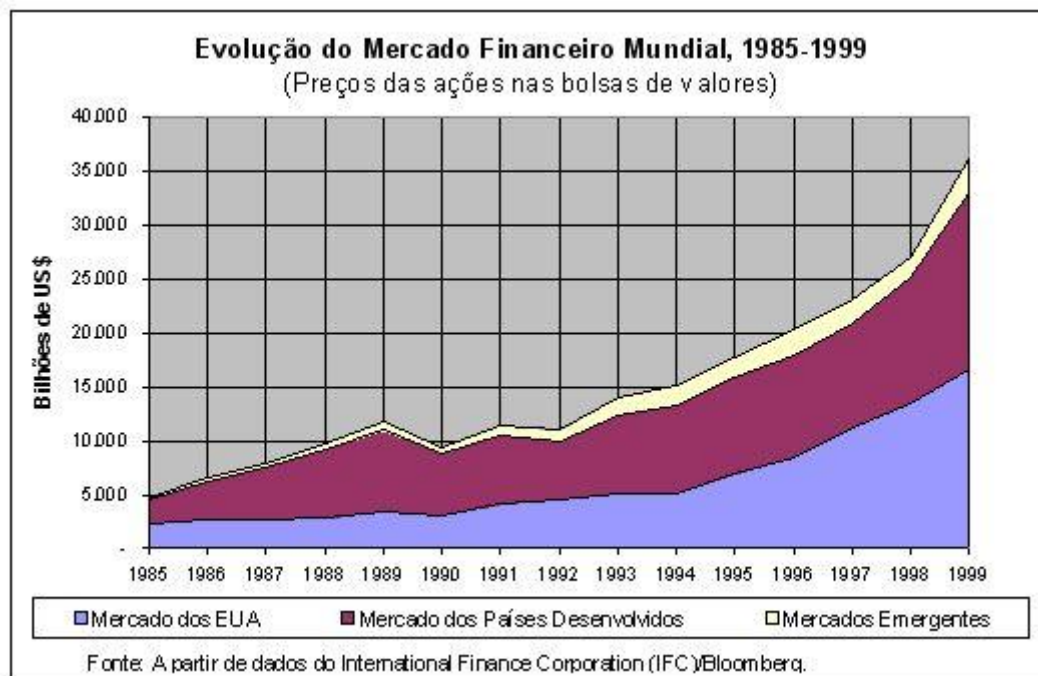
Vimos que a emancipação do capital financeiro em relação ao capital produtivo ($D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$ passa a ser $D \rightarrow D'$) é um fenômeno que pode ser observado na independência que adquire a “taxa de juros” em relação à “taxa de lucro médio”. Sendo assim, o “capital-dinheiro” agora se torna central no processo de acumulação de capital, e mais, ganha volume a cada dia que passa. Conseqüentemente, podemos afirmar que a valorização do “capital-dinheiro” na esfera financeira ($D \rightarrow D'$), sem passar por nenhuma intermediação na indústria ou no comércio, *decorre da lógica intrínseca da acumulação de capital no sistema capitalista em sua fase de globalização financeira*. Não se pode falar em irracionalidade nem em anarquia do sistema financeiro.

Estes processos que acabamos de descrever estão na origem da *financeirização do sistema econômico* e da *instabilidade sistêmica* em função da abundância de capitais especulativos, o chamado “capital rentista”. Se, por um lado, esse sistema permite que a tecnologia e a invenção caminhem a passos largos, pois as transferências de capital acabam por financiar empresas de setores emergentes e de tecnologia de ponta, por outro lado, trata-se de um *risco sistêmico* muito grande e de difícil regulação. Óbvio, pois o sistema econômico, ao conceder uma “autonomia relativa” para o “capital-dinheiro”, torna-se vulnerável, fragilizado e refém da volatilidade do capital, cuja tendência pró-cíclica aumenta a dimensão das crises e penaliza os países da periferia.

Basta analisar as crises financeiras do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Turquia (2000), Argentina (2001) e Venezuela (2002). Pior: não há dúvida que o crescimento do mercado financeiro representa o empobrecimento de todos aqueles que não estão jogando neste alucinado sistema financeiro, pois a concentração de capital, títulos de dívidas e ações de empresas é crescente e restrita a cada vez menos pessoas ou grupos sociais, gerando uma extrema desigualdade na distribuição de renda e riqueza mundial (afinal ações são títulos de propriedade e que comandam valor).

O circuito financeiro que surge desta lógica não tem lastro com a economia real, pois supera várias vezes a riqueza do sistema produtivo. O *risco sistêmico* de eventuais crises no sistema capitalista é, portanto, extremamente alto. Fica igualmente claro que este *sistema financeiro global privado* não tem compromisso com critérios aceitáveis de equidade social. No gráfico abaixo podemos acompanhar a evolução do mercado de ações no mundo, de 1985 a 1999, evidenciando o seu crescimento exponencial e sua extrema concentração nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos.

GRÁFICO 1



Diante desta realidade de multiplicação de ativos em dimensões astronômicas, aliada a processos como os de concentração de capital (crescimento pelo reinvestimento dos lucros) e centralização do capital (crescimento pelo aumento da escala de produção, decorrente da fusão de capitais); concentração espacial e setorial da riqueza acompanhada da deterioração da distribuição pessoal da renda; concentração do processo decisório nas empresas em detrimento dos meios democráticos de tomada de decisões econômicas, bem como outros processos concentradores de poder, renda e capital, enfim, diante destes processos pode-se afirmar que os mecanismos de reprodução social que mantêm a estrutura e a dinâmica social, repondo os meios de produção, tendem a perpetuar a subordinação, não somente de um segmento de classe a outro, ou de uma classe à outra, mas da maioria da população mundial a um *sistema de poder* acachapante, na medida em que garantem a manutenção dos mecanismos de

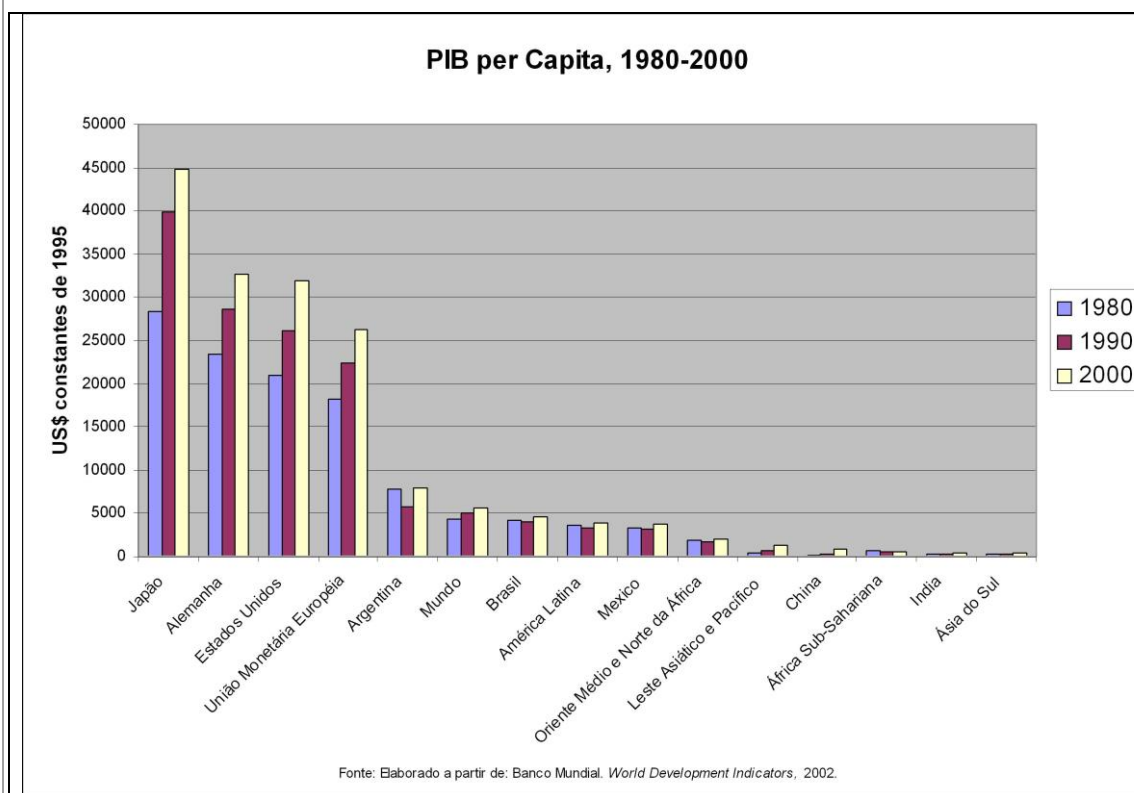
exclusão social de amplos grupos sociais, e até de países inteiros, diante de um sistema internacional de acumulação de capital financeiro incrustado na realidade social concreta.

Nesta realidade social concreta, a *economia mundial* (os mercados nacionais integrados aos fluxos comerciais e financeiros internacionais, sob o domínio das corporações transnacionais) e o *Sistema Internacional* (o conjunto dos Estados Nacionais e das organizações internacionais governamentais, sob a “liderança” dos EUA) formam, ambos, uma *estrutura de poder internacional* que não se submete, enquanto tal, à deliberação democrática direta da *sociedade global*, entendida como um sistema democrático de sociedades e povos do planeta. Ou seja, a *sociedade civil global* é ainda incipiente nos seus mecanismos institucionais democráticos de caráter internacional e não consegue competir com as *estruturas globais de poder econômico e financeiro* (Ianni, 1995). Neste contexto, os processos que constituem o capitalismo monopolista globalizado, comandados pela coalizão sócio-econômica que reúne a burguesia internacional e as classes aliadas locais, com todo o *establishment* internacional envolvido, e comandados pelo capital financeiro, têm como resultado impedir – até mesmo militarmente⁵ – que projetos alternativos a esta Ordem Econômica Internacional se estruturam nas sociedades periféricas.

Nesta nova configuração do Sistema Internacional, marcada pelo policentrismo econômico e pela hegemonia norte-americana, o eixo dos processos de disputa social e política gira em torno da distribuição de recursos no sistema econômico mundial (Furtado, 1987). O verdadeiro caráter da Nova Ordem Econômica Internacional é a extrema disparidade internacional (crescente) entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (Sunkel, 1987), que é acompanhada pela também crescente desigualdade social tanto nos primeiros quanto nos últimos (Ocampo e Martin, 2003) e é acrescentada pelas transferências internacionais dos últimos em direção aos primeiros (Casanova, 1999). As disparidades internacionais relacionadas com a circulação de capital no sistema (estoque e fluxo de investimento externo direto) (Agosin e Tussie, 1993; Andreff, 2000), acompanhadas pela concentração e centralização do “capital-dinheiro” no sistema financeiro internacional e em conglomerados oligopolistas transnacionais (Clairmont, 1997 e 1999), principalmente nos setores que usam tecnologia ponta, são tendências que apontam para uma maior desigualdade na distribuição de riqueza e renda (Estenssoro, 2003; Tavares, 1993; Singer, 1997; Rao, 1998), da qual o melhor indicador são as desigualdades internacionais em termos de PIB *per capita*, como vemos no gráfico abaixo.

⁵ Passam de 20 os países do mundo que foram vítimas, somente no pós-guerra, de intervenções militares diretas dos EUA – clandestinas ou não: China (1945-1949); Grécia (1946-1949); Filipinas (1948-1953); Coreia (1950-1953); Iran (1953); Guatemala (1954); Líbano (1958); Cuba (1961); Vietnã (1964-1973); República Dominicana (1965); Golpes de Estado da Bolívia, Chile e El Salvador com apoio da CIA (1971-1973); Líbano (1982); Granada (1983); Panamá (1989); Libéria (1990); Iraque e Kuwait (1991); Somália (1992); Haiti (1994); Iraque (1998); Iugoslávia (1999); Afeganistão (2001); e, completando a lista agora, a invasão do Iraque em 2003. <http://www.prensa-latina.cu/>

GRÁFICO 2



Assim, entre as causas do crescimento acelerado da desigualdade de renda entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento está, certamente, o aprofundamento das disparidades internacionais, principalmente por causa de dois processos que acontecem de forma extremamente concentrada em nível mundial: a criação, desenvolvimento, difusão e proveito das inovações e da tecnologia avançada, e a multiplicação de ativos financeiros nas mãos de poucas pessoas e empresas, principalmente em poder dos grandes conglomerados oligopolistas transnacionais. A dependência e a marginalização da América Latina inserem-se cabalmente neste cenário de *hierarquização do mercado mundial*.

Este desenvolvimento das condições de acumulação do capital, permite ao “capital-dinheiro” autonomia suficiente para ditar suas próprias regras, além de propiciar-lhe o comando sobre amplos setores da economia, a começar pelos trabalhadores, inclusive aqueles que engrossam o exército industrial de reserva e estão presos ao pauperismo, como é o caso do lumpemproletariado. Para não ir além, basta dizer que aquela massa monetária no mercado financeiro pode comprar-lhes sua própria força de trabalho por muito tempo. Por estas razões, se nada for feito para combatê-las, a magnitude e a autonomia do “capital-dinheiro” serão a origem da mais absurda concentração de renda já ocorrida na história do planeta Terra.

Desta forma, a recomposição da Ordem Internacional após a queda do comunismo burocrático e a reestruturação da economia internacional segundo os imperativos da nova divisão internacional do trabalho, que, por sua vez, está em função da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, têm possibilitado o aumento da exploração direta da força de trabalho (criação de mais-valia), graças a três fatores

inerentes ao sistema: a) ampliação da capacidade produtiva (acumulação de capital); b) incremento da produtividade do trabalho (extração de mais-valia relativa); e c) aumento da superexploração do trabalho (extração de mais-valia absoluta, principalmente). Contudo, a realização da produção (realização da mais-valia) encontra dificuldades neste sistema capitalista mundial. A produção é maior que a demanda por razões estrutural, ou melhor dito, o sistema precisa, necessariamente, expandir-se (constantemente) para manter-se em equilíbrio.

Neste contexto, dois processos intrínsecos ao sistema econômico concorrem para colocar em risco iminente de crise este capitalismo internacional: a) a própria lógica do capitalismo, e b) o sistema financeiro globalizado. Em primeiro lugar, a lógica do capitalismo proporciona a criação da mais-valia na produção (oferta), mais-valia esta que não tem garantia de realização no mercado (demanda). Isto ocorre porque o capital ($C+V$) e a mais-valia (S) superam a demanda ($C+V$), pois nisto consiste a acumulação ampliada de capital ($C+V+S > C+V$), isto é, a oferta é maior que a demanda. A mais-valia (S) faz parte apenas do valor da produção (oferta), não entra no custo da produção (demanda). Daí a distinção, no processo capitalista de produção, entre a oferta e a demanda, isto é, respectivamente, entre a criação e a realização da mais-valia. Para completar o processo de acumulação capitalista, realizando a mais-valia, o sistema se expande constantemente para novos mercados. Este processo compreende desde a incorporação dos mercados do Terceiro Mundo ao sistema capitalista, passando pela inclusão de camadas não-capitalistas ao mercado de consumo, até a utilização de recursos públicos dos Estados Nacionais na demanda de produtos e serviços gerados pelo capital (Miglioli, 1982; Luxemburg, 1976).

Em segundo lugar, concorre para gerar risco ao sistema econômico um processo típico da Era da Globalização, viabilizado pelos desenvolvimentos tecnológicos da Era da Informação: a criação de um *sistema financeiro privado globalizado*, dinamizado pela micro-computação, pela telemática e pelas comunicações instantâneas, e multiplicado em volume pelos diversos instrumentos, mecanismos e produtos bancários internacionais. Como já frisamos, este sistema financeiro internacional ocasiona um processo incontrolável que põe em risco o equilíbrio do sistema: trata-se do aumento exponencial do capital financeiro, que circula 24 horas por dia, em 365 dias do ano, no planeta inteiro, a procura de maiores rendimentos.

Sintetizando, os problemas causados por este fenômeno podem ser resumidos a três:

1) O *aumento da inflação mundial* devido ao crescente volume de “capital-dinheiro” disponível, configurando uma explosão da liquidez internacional, devido ao “superinvestimento industrial de um capital que é emprestado e depositado muitas vezes”, nas palavras de Chesnais, que chega a falar em “capital fictício” para denominar este capital (Chesnais, 1996: 239-293).

2) O *risco sistêmico* decorrente da própria existência de uma massa monetária que circula velozmente e que se multiplica interminavelmente no sistema, risco este que já causou diversas crises financeiras internacionais, com grandes custos econômicos e sociais para os “países emergentes”;

3) O comprometimento que representa o *acúmulo de ativos internacionais*, concentrados em poucas pessoas, empresas e países, em termos de comando sobre o trabalho futuro da força de trabalho, isto é, a perda da capacidade dos trabalhadores em dispor do seu trabalho para proveito próprio.

Por estas três razões, este sistema financeiro globalizado é causa de transtornos em nível internacional que não podem ser subestimados, pois é uma das fontes da vulnerabilidade e fragilidade das economias nacionais, bem como das disparidades internacionais e sociais. Podemos afirmar que esta evolução dos fatos tem características de um processo de construção social do *poder plutocrático mundial* baseado em estruturas globais de poder tecnológico e financeiro. A extrema concentração da riqueza mundial em mãos de poucas pessoas, empresas e países revela que não é outro o resultado das atuais tendências da economia mundial. A polarização social em curso caracteriza-se pela existência de uma minoria que enriquece, concentrando absurdamente a riqueza (Merril Lynch e Gemini, 2000), e pela marginalização da maioria que se empobrece ou já está envolvida em situações de *pobreza estrutural* das nações do Terceiro Mundo, que, em alguns países, é também *crônica* (Estenssoro, 2003; Kanbur e Squire, 2001).

Para concluir, não poderíamos deixar de apontar o que parece ser o meio de enfrentar esta situação: o Estado. Como não acreditamos, como alguns, que o capitalismo, mesmo na sua fase globalizada, possa prescindir do Estado para disciplinar e regular a atividade econômica, entendemos que a sociedade não pode ceder sua organização pública estatal às pressões político-econômicas das corporações privadas, pois se trata da única instância democrática pública com força suficiente para contrapor-se ao capital. É por meio do Estado que pode ser possível redistribuir recursos e combater a desigualdade social em nossas sociedades, é por meio dele que a sociedade pode articular regras para o sistema financeiro globalizado, é por meio das políticas públicas e sociais que se pode combater a pobreza das massas. Se o Estado está colonizado por interesses privados ou externos, isto não significa que deixou de ser a arena na qual a população local pode se fazer ouvir e participar politicamente. Se o Estado serviu e serve como ponto de apoio ao poder social da burguesia, também não significa que deixou de ser o instrumento pelo qual se pode conquistar espaços de deliberação democrática e pública, inclusive na economia. O fortalecimento do Estado é uma necessidade para a superação do subdesenvolvimento, da concentração de renda, da exclusão social, da escassez de capitais, além de constituir-se em um importante instrumento para a regulação da economia, principalmente diante do desafio que representa para o mundo contemporâneo este sistema capitalista na sua fase de globalização financeira. Somente a sociedade civil organizada e seu instrumento, o Estado, podem frear a consolidação da dominação social classista das estruturas do *poder plutocrático mundial* baseado no capital-dinheiro.

Referências Bibliográficas:

AGOSIN, Manuel e TUSSIE, Diana. "Globalização, Regionalização e Novos Dilemas da Política Comercial para o Desenvolvimento". *RBCE*, nº 35, abr-jun 1993, pp. 47-62.

- ANDREFF, Wladimir. *Multinacionais Globais*. Bauru, SP, Edusc, 2000.
- BANCO MERRIL LYNCH/ GEMINI CONSULTING. *World Wealth Report*. Banco Merrill Lynch, 2000.
- BANCO MUNDIAL. <http://www.worldbank.org/data/>.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.
- CASANOVA, Pablo González. “L’exploitation globale”. *Alternatives Sud*, vol. VI, nº 1, 1999, pp. 165-187.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago, CEPAL, 2004.
- CHESNAIS, François. “A Fisionomia das Crises no Regime de Acumulação sob Dominância Financeira”. *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 52, nov de 1998.
- CHESNAIS, François.. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CLAIRMONT, Frédéric. “Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde”. *Le Monde Diplomatique*, abr 1997.
- CLAIRMONT, Frédéric. “Ces firmes géantes qui se jouent des Etats”. *Le Monde Diplomatique*, dez 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Estudos: Capitalismo: “Globalização” e Crise*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- ESTENSSORO, Luis. *Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina*. São Paulo, FFLCH – Universidade de São Paulo, 2003 (Tese de Doutorado).
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- FORTUNE, “Global 500”, <http://www.fortune.com>.
- FURTADO, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999;
- IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- KANBUR, Ravi e SQUIRE, Lyn. “The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions”. In: MEIER, Gerald e STIGLITZ, Joseph. *Frontiers of Development Economics*. Washington, BID - Banco Mundial, 2001, pp. 193.
- LACERDA, Antônio Corrêa. “Globalização e Política Econômica: os Desafios da Nova Dinâmica Capitalista”. In: DIEESE (org.). *Emprego e Desenvolvimento Tecnológico*. São Paulo, DIEESE-CESIT, 2002, pp. 209-225.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- MARX, Karl. “O Rendimento e suas Fontes: a Economia Vulgar”. In: MARX, Karl. *Marx*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, (Série “Os Economistas”).
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.
- OCAMPO, José Antonio e MARTIN, Juan. *Globalization and Development: a Latin American Perspective*. Santiago, CEPAL, 2003.
- PRENSA LATINA, <http://www.prensa-latina.cu/>
- RAMONET, Ignacio. “Régimes Globalitaires”. *Le Monde Diplomatique*, jan 1997.
- RAO, J. Mohan. *Development in the Time of Globalization*. Social Development and Poverty Elimination Division (SEPED-PNUD), Working Paper, fev. 1998.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. *Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo, Nobel, 1997.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- SINGER, Paul. “Globalização Positiva e Globalização Negativa: a Diferença é o Estado”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 48, julho 1997, pp. 39-65.
- SOARES, Laura Tavares. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998, pp. 29-33.
- SUNKEL, Osvaldo. “Las Relaciones, Centro-Periferia y la Transnacionalización”. *Pensamiento*

Iberoamericano, Madrid, nº 11, jan-jun 1987, pp. 31-57.

TAVARES, Maria da Conceição. “Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil”. Rio de Janeiro, nov. 1993, Mimeo.

THE ECONOMIST, *Survey: China*. The Economist, Londres, 23 Mar 2006

THE ECONOMIST. *Survey: World Economy*. The Economist, Londres, 14 Set 2006

Luis Estensoro

Administrador Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Integração da América Latina (PROLAM-USP) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Rebeldias Negras na Capitania de Goiás do Século XVIII

Lisandro Braga

Muito se tem escrito sobre a escravidão, mas pouco ou quase nada é salientado sobre o papel do escravo no processo histórico e coletivo de luta de classes que veio a provocar o desgaste social, econômico e psicológico da classe senhorial e, até mesmo, do sistema escravista. Contrariando determinadas visões da história, com seus enfoques tradicionais e eruditos que visam apresentar um esquema sem projeções das contradições estruturais da realidade, apresentaremos o escravo como ser ativo e coletivo no processo histórico, reagindo a todo instante e através de várias formas a todo tipo de exploração que o sistema escravista lhe proporcionou.

Vários estudiosos ao falar da escravidão e do próprio escravo, tiveram como objetivo justificar a escravidão, e não analisar a realidade de acordo como ela realmente aconteceu. Assim, foram criados vários mitos, como o da “democracia racial”, da benevolência e patriarcalismo do senhor e da adaptação do escravo ao sistema. Ora, falar de democracia racial no Brasil colonial é afirmar que todas as raças possuíam o mesmo valor, mas bem outra foi a verdade, pois o negro era visto pela classe senhorial como uma mercadoria isenta de vontade própria e isto já é suficiente para afirmar que a escravidão baseava-se sim na violência e não em algum tipo de democracia racial e patriarcalismo senhorial. Democracia e escravidão são termos que não se interagem. A violência da escravidão está presente no seu próprio termo: escravidão.

Falar em adaptação do escravo ao sistema escravista é, para nós, tentar amenizar as práticas cruéis cometidas pelo sistema escravista. Nenhum ser humano seja ele, branco, negro ou indígena nunca se adaptou a escravidão, pois ser humano é lutar pela liberdade. Ao falar de adaptação do escravo ao sistema escravista, devemos deixar claro que alguns escravos utilizaram da “adaptação” como meio para garantir sua própria sobrevivência, pois “precisaram conduzir-se como todos os seres humanos em circunstâncias extremamente desfavoráveis adaptar-se para tentar sobreviver” (GORENDER, 1990, 34).

Em todas as partes do Brasil e do mundo em que existiu escravidão, houve, também, lutas pela libertação e isso pode ser facilmente constatado pela história das sociedades humanas, basta possuir uma análise crítica.

Supondo que houvesse existido uma democracia racial no Brasil, como explicar os intensos grupos de rebelados e os quilombos em uma sociedade que se diz racialmente democrática? Os quilombos foram frutos da insatisfação do negro com o sistema escravista, e isso nos leva a sugerir que tal democracia não atingiu a raça negra e que não houve nada de suave na relação senhor e escravo, pois “[...] os atos de rebeldia declarada e aberta são como o vapor que escapa ruidosamente da máquina; há que tomá-lo como um índice da pressão existente no seu interior” (REIS, apud MOURA, 1987, p. 77).

A forma mais comum de resistência negra à escravidão foi a fuga e a formação de quilombos. Os negros rebelavam-se não apenas quando recebiam maus tratos, mas,

principalmente, contra sua própria condição de escravo, pois “o próprio do ser humano é a liberdade e não a escravidão” (PINSKY, 1991, P.54).

Além das fugas e da formação de quilombos, várias outras formas coexistiram. O desejo de liberdade era o sentimento predominante na vida do escravo. Mas quando esses se deixam abater pelo desespero chegando a perder, até mesmo, o desejo de viver, são “infectados” por uma profunda tristeza que chegam a morrer de melancolia (banzo). Tal atitude, também, consiste em um ato de resistência. O pavor à escravidão levou vários escravos a cometerem o suicídio e o assassinato de seus companheiros de senzala. Tudo isso para escapar da escravidão.

Várias mulheres cometeram o aborto e o infanticídio, pois viam nessas atitudes uma forma de prejudicar seu senhor e de evitar a reprodução da escravidão, visto que no Brasil todo filho de escravo (a) era também propriedade do seu senhor, ou seja, escravo. Assassinatos, também, eram cometidos pelos escravos contra seus senhores, revelando, assim, a mais extrema e violenta forma de resistência à escravidão. Existiram casos em que os escravos mataram seus senhores e familiares e passaram a viver na grande fazenda independentemente.

Os africanos criaram, no Brasil, uma luta (capoeira) que tinha por objetivo servir como ferramenta de resistência ao sistema escravista. Mas, a mesma foi camuflada em dança com o intuito de ocultá-la dos senhores, pois, provavelmente, esses não aceitariam a prática de uma luta, visto que, se o escravo possui um inimigo, com certeza esse é o seu senhor. Aceitar a prática da capoeira representaria o mesmo que criar o inimigo “no fundo do quintal”.

Incessantemente os escravos impuseram resistência ao cativo através de revoltas, insurreições e rebeliões que representaram mais do que nunca, atos de dignidade humana. Negar a participação dos escravos no processo contraditório de lutas de classes existente em todo o sistema escravista é aceitar o mito da índole “pacífica” do brasileiro, que tem como objetivo tornar ilegítima qualquer manifestação dos explorados contra o atual estado de coisas, sob a alegação de que tal atitude não pertence à tradição do povo brasileiro. Pois, “a apresentação de um esquema interpretativo sem a projeção das contradições estruturais da realidade significa cair-se em uma visão organicista em que tudo se ajusta porque essas contradições, nos seus diversos níveis, são descartadas para estabelecer-se a harmonia do modelo metodológico”. (MOURA, 1987, p.07)

O escravo não foi um elemento passivo como apresenta a historiografia oficial, que tem como único objetivo vender essa imagem, simplesmente, para tentar justificar o passado escravista, pois aceitar a adequação do escravo à escravidão significaria apagar a violência que tal sistema social manteve por mais de trezentos anos. Segundo Pinsky, “dentro desse tortuoso raciocínio, teríamos apenas, mantido o negro em sua condição natural. Claro, pois sua adequação ao trabalho era algo natural para ele.” (1991, p.54)

As lutas e as fugas dos escravos consistiram em importantíssima ferramenta de desgaste econômico e psicológico da classe senhorial, já que a perda de um escravo representava a perda do capital investido no mesmo e a perda do fomento de capital que poderia ser proporcionado pela exploração de seu trabalho. O desgaste psicológico se

dava porque os senhores viviam sob o medo constante de um dia serem justicados pelos seus cativos, e isso demonstra a consciência dos senhores em relação à crueldade do sistema que era mantido pelos mesmos, e da provável resistência que o negro um dia irá impor, pois nenhum ser humano, independente de cor, crença e tradição, suportaria por tanto tempo tal condição.

O escravo que queria se ver livre da escravidão, primeiramente, tinha que negá-la, pois, justamente, no abandono do trabalho é que ele teria condições de dinamizar suas atitudes de resistência ao sistema. A forma mais comum de resistência à escravidão, a menos expressa e a que acompanhou o escravo por toda a sua vida, foi a de dedicar o mínimo possível ao trabalho, interrompendo as tarefas, fazendo “corpo mole”. Pois, “assim, protegia, mesmo inconscientemente, sua vida biológica.” (MAESTRI, 1994, p. 87)

De acordo com Gilka Salles, a formação de quilombos em Goiás, provavelmente, tenha se iniciado em 1727 quando um bando ameaçava punir com açoites os africanos que oferecessem alguma gratificação para quem lhes fornecessem abrigo durante a fuga e não lhes denunciassem. No entanto, Mary Karasch acha pouco provável que a década de 1720 marcasse o início do quilombismo em Goiás, pois “os escravos indígenas já fugiam no século XVII, e nós acreditamos que africanos fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás”. (1996, p. 240)

Grande parte dos quilombos em Goiás data-se no século XVIII, existindo alguns poucos no século XIX. As fugas praticadas pelos negros, em Goiás, se davam, até mesmo, por uma certa facilidade existente na região. Tal facilidade consiste no reduzido número de feitores encarregados de vigiar os escravos nas lavras mais distantes. Os negros que conseguiam escapar da escravidão através das fugas, geralmente continuavam a garimpar, pois objetivava encontrar um rico veio aurífero e com isso garantir a compra de sua alforria. Provavelmente esses escravos trocavam o ouro adquirido por mercadorias nas quais necessitavam em seus esconderijos, tais como, metal, armas, pólvora, munição, cachaça, roupas e alimentos. Os quilombolas mantinham relações com as classes sociais marginalizadas, o que nos faz pensar que, talvez, contrabandeavam o ouro com tais classes.

A própria localização geográfica de Goiás, afastada dos grandes centros administrativos coloniais, permitia, de forma bastante satisfatória, a ação dos negros rebeldes e insatisfeitos com a escravidão. A grande quantidade de quilombos formados em Goiás consiste em uma prova de tal facilidade. Os negros souberam aproveitar bem essa realidade. Goiás vivia à “sombra dos quilombos”. A formação natural do território goiano consistiu, para os quilombolas, em verdadeiros esconderijos. Segundo Karasch, “a capitania de Goiás deve ser considerada entre as melhores para esse fim pela inacessibilidade de seus esconderijos naturais. A capitania possuía ecossistemas do mesmo tipo que protegia escravos fugidos em todas as Américas”. (1996, p.244)

A maioria dos quilombos da Capitania de Goiás era de número reduzido, em relação à quantidade de refugiados, e formados por grupos transitórios devido ao perigo de serem descobertos por expedições de caça aos quilombolas e por ações dos capitães-

do-mato. Geralmente, quando os quilombolas descobriam ouro negociavam o retorno para seus proprietários e compravam dele suas alforrias. O ouro estimulava os escravos a fugirem com o objetivo de comprarem suas alforrias.

Grande parte dos quilombos existentes na Capitania de Goiás eram formados por homens. Isso se explica pela diferença de atividades praticadas pelos homens e pelas mulheres, pois, “enquanto as mulheres e crianças eram vigiadas de perto nas casas dos colonos e as mulheres eram forçadas a viver com senhores como concubinas e domésticas, ou a cultivar alimentos nas fazendas, os homens eram levados a campos isolados de mineração”. (Ibidem, p. 244)

A violência física presente na escravidão, castigo, torturas, falta de alimentação e saúde, consistiu em um grande motivo que obrigou o negro a se rebelar e cometer fugas. Na segunda metade do século XVIII, vários funcionários da coroa portuguesa acusavam os proprietários de escravos de cometerem, em exagero, maus tratos contra os cativos. A violência praticada nas minas contra os escravos aumentava de acordo com o aumento da produção e reduzia, também, de acordo com a retração da produção aurífera, o que nos faz sugerir que a violência também é uma categoria econômica. Mas apenas a violência não explica as fugas, pois, em verdade, o negro como ser humano que era fugia da escravidão em si.

As primeiras revoltas escravas ocorridas na Capitania de Goiás, provavelmente, ocorreram em virtude da Lei Seca imposta pelo governo do Conde de Sarzedas. Tal lei proibia a fabricação e a circulação de aguardente na Capitania e visava, também, evitar o relaxamento do trabalhador escravo, já que eram os escravos grandes consumidores desse produto, pois o efeito do álcool ajudava a amenizar o sofrimento causado pela escravidão. O escravo trabalhava sob o efeito constante da cachaça.

Anúncios de jornais do século XIX demonstram que várias foram as fugas praticadas pelos negros em Goiás. A Matutina Meiapontense de 28 de abril de 1832, trazia em uma de suas páginas o seguinte: A José da Costa de Carvalho fugio hum escravo de nome José, crioulo, estatura ordinária, cheio de corpo, cara redonda, pinta de branco assim na barba, como na cabeça, com o nariz, e beiços feridos de bobas; orelhas grossas da mesma moléstia: com hum grande calo de ferida na perna direita, de idade de 40 para 50 anos mais ou menos. O anunciante promete dar 12\$000 rs. a quem o pegar, e trazer, e se for fora da Província dará 30\$000.

A história da escravidão negra no Brasil foi marcada pela violência, mas não só pela violência senhorial, mas, também, pela violência praticada pelo escravo contra o branco dominador. O negro fazia do desejo de liberdade e do ódio à sua situação sinônimo de destruição e assassinato, já que foram registrados vários casos de assassinatos de senhores, praticados pelos seus próprios escravos. Gilka Salles relatou em seu livro *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás* que “crimes também são observados, como o que se deu em 1751, na lavra de Guarinhos, próxima a Pillar. José de Almeida Lara, seu proprietário foi assassinado com centenas de facadas por um bando de escravos. Cortaram-lhe a cabeça e os membros, em furioso ato de vingança” (1992, p. 290).

A intensidade das fugas e a formação de quilombos foram acompanhadas pelas

intensas expedições de caça humana promovidas pela coroa portuguesa. Os quilombos, desde suas primeiras formações, sempre foram perseguidos, invadidos e destruídos, pois constituía em uma ameaça real à toda estrutura do sistema escravista, além de representar um estímulo para a fuga de outros escravos.

A constituição de um quilombo era realizada de forma bastante apressada e sua duração era curta, sendo destruídos por capitães-do-mato e pelos ataques ferozes dos indígenas que muitas vezes tinha o escravo como um inimigo invasor.

Entretanto, houve quilombos que resistiram intensamente aos ataques implementados pelas forças repressivas da metrópole e preservaram sua autonomia por décadas, como foi o caso do quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, entre o Estado de Alagoas e Pernambuco, que durou aproximadamente sessenta e cinco anos, chegando a derrotar duas expedições militares comandadas pelo exército metropolitano.

Da mesma forma que o ecossistema goiano facilitava e protegia os quilombolas, também os ameaçavam, pois eram enormes as dificuldades de penetrar pelas matas e cerrados. Em épocas de chuvas essas dificuldades aumentavam ainda mais, já que formavam enormes alagadiços que possibilitavam a praga de mosquitos. A malária consistiu em uma verdadeira ameaça aos quilombolas. Portanto, “onde quer que encontrassem refúgio também tinham de enfrentar ‘uma infinidade de insetos’, tais como abelhas pretas, borrachudos, carrapatos, pernilongos e bichos-do-pé, que atormentavam os frequentadores dos rios, matas e cerrados de Goiás. Onças e cobras venenosas também representavam perigos especiais.” (KARASCH, 1996, p.253)

A ação humana representou a principal ameaça para as comunidades quilombolas. Os capitães-do-mato tornaram-se verdadeiros profissionais preparados para perseguir e destruir, juntamente com alguns bandeirantes, os quilombos espalhados pela Capitania e devolver os negros à escravidão.

Além das dificuldades materiais enfrentadas pelos negros, havia uma dificuldade ainda maior, que era a de formar uma consciência de classe que chegasse a formular uma proposta de ação revolucionária e transformadora da sociedade existente. Tal dificuldade se dava pelo fato de existirem dentro de um mesmo grupo de escravos, diferentes etnias, religiões e línguas. Isso acabava por contribuir para aprofundar separações, estranhamentos e hostilidades entre os escravos.

Várias foram as formas de resistência do negro contra o sistema escravista. Apesar dos vários obstáculos e das dificuldades enfrentadas pelos negros, o desejo de liberdade falava mais forte e o impulsionava a tomar atitudes de negação à estrutura vigente. Como afirma Clóvis Moura, em relação ao escravo frente à crueldade da escravidão: “Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema”. (1987, p. 08)

Se não se pode falar de uma real vitória e superação atingida pelas rebeldias escravas, pois na maioria dos casos as tentativas de formar quilombos terminavam em tragédias, não se pode esquecer, no entanto, que elas foram responsáveis pela desestruturação e desgaste do sistema escravista e pelo surgimento das idéias

abolicionistas do século XVIII e XIX.

A violência da escravidão variou em diversos níveis e graus, mas esteve presente em todo transcurso da história do escravismo brasileiro, para identificar isso, basta que não nos deixemos ser envolvidos por determinadas visões da história, com seus enfoques tradicionais e eruditos que visam apresentar um esquema sem projeções das contradições da dinâmica social da realidade.

Independente dos resultados finais das rebeldias negras, elas foram suficientes para demonstrarem historicamente o desejo de liberdade que acompanhou o negro em todos os momentos de sua existência. Em Goiás assim como em outros estados brasileiros, os negros praticaram diversas fugas e formaram várias comunidades independentes do sistema escravista dominante, denominadas quilombos. Inclusive, tais fugas foram responsáveis pelo surgimento de pequenas comunidades rurais negras existentes, até hoje, no território goiano.

Resumo: Em todas as partes do Brasil e do mundo em que existiu escravidão, houve, também, lutas pela libertação e isso pode ser facilmente constatado pela história das sociedades humanas, basta possuir uma análise crítica. Nesse artigo, pretendemos analisar as resistências negras ocorridas na Capitania de Goiás no século XVIII, pois aqui, assim como em outros estados brasileiros, os negros praticaram intensamente a fuga e formaram várias comunidades, independentes do sistema escravista, denominadas quilombos. Inclusive, tais fugas foram responsáveis pelo surgimento de pequenas comunidades rurais negras – remanescentes de quilombos - existentes, até hoje, no território goiano.

Referências Bibliográficas:

- A MATUTINA MEYAPONTENSE. Meia Ponte, 1830 -1834. Semanal.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. *Negros de Cedro*. São Paulo: Ática, 1983.
- FREITAS, M. CEZAR. *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- KARASCH, Mary. *Os quilombos do ouro na capitania de Goiás*. In: REIS, J. J. & GOMES, F. (Orgs.). *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LARA, Sílvia. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MAESTRI, Márcio. *O Escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.
- MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: brasiliense, 1982.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: brasiliense, 1981.
- NEVES, Maria de Fátima. *Documentos sobre a Escravidão*. São Paulo: Contexto, 1996.
- PALACIN, Luís. *História de Goiás*. Goiânia: editora da UCG, 1994.
- PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- POLONIAL, Juscelino. *Terra do Anhanguera*. Goiânia: Kelps, 1997.
- REIS, J. J. e GOMES, F. (ORG.). *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, J. J. e SILVA, E. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SALLES, Gilka. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SANTOS, J. Rufino. *O que é racismo*. São Paulo; brasiliense, 1998.
- SILVA, Martiniano. *Sombra dos Quilombos*. Goiânia: Barão de Itararé, 1974.

Lisandro Braga

Historiador e Especialista em Ciência Política
pela UEG –Universidade Estadual de Goiás.

Marx, Adorno e o Fetichismo da Mercadoria e da Música

Erisvaldo Souza
Jean Isídio dos Santos

O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é a sua manifestação.

Guy Debord

O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições de Karl Marx sobre o fetichismo da mercadoria e posteriormente as contribuições de Theodor Adorno sobre o fetichismo na música. A obra de Marx nos fornece elementos importantes para a organização do nosso texto, pois é a partir da teoria da sociedade em Marx elaborada em sua obra *O Capital* e particularmente no capítulo que Marx trata sobre *O Fetichismo da Mercadoria*. Adorno trata do fetichismo em uma outra perspectiva, sua preocupação é com *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*, é a partir daí que buscaremos elementos para a produção do nosso trabalho, pois, esses dois autores tornaram-se clássicos nos debates sociológicos, sendo o primeiro clássico e o segundo contemporâneo. No século XX, o marxismo se fragmentou em diversas correntes teóricas que são continuadas no limiar deste mesmo século, porém o marxismo de Marx permanece, aparecendo uma série de correntes de pensamento que se dizem “marxistas”, mas na prática não passam de teorias conservadoras.

Em primeiro lugar destacaremos a importância da obra *O Capital* de Marx como forma de entender a sociedade capitalista da época e o seu próprio desenvolvimento, pois nesta obra o autor discute as relações de produção dentro deste sistema. A obra de Marx foi produzida no contexto do século XIX, marcado por inúmeras transformações tecnológicas, científicas, culturais e políticas. No volume I de *O Capital*, Marx discute as formas da mercadoria e como esta se manifesta na sociedade capitalista, além disto o autor procura estudar o desenvolvimento histórico das sociedades humanas, as relações sociais existentes no interior destas sociedades, as organizações sócio-econômicas e como estas são colocadas dentro do modo de produção capitalista.

A Escola de Frankfurt surgiu no início da década de 1920 e esteve ligada ao Instituto de Pesquisas Sociais desta mesma cidade, onde alguns intelectuais passaram a produzir e publicar seus textos na Revista *Para a Pesquisa Social*, dentre estes intelectuais se destacaram as figuras de: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Eric Fromm, dentre outros intelectuais que estiveram ligados a este instituto de pesquisa. Com a ascensão do Nazismo na década de 1930, grande parte dos integrantes do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, imigrou para outros países da Europa e também para os Estados Unidos.

A Escola de Frankfurt surge a partir da necessidade de alguns jovens intelectuais alemães preocupados em desenvolver pesquisas relacionadas aos problemas político-culturais de sua época. Neste caso podemos enfatizar que os teóricos frankfurtianos deram grande importância em produzir uma história do tempo presente utilizando elementos da obra de Karl Marx, como é o caso dos conceitos de ideologia, alienação e fetichismo. Os pesquisadores frankfurtianos receberam grande influência da Filosofia Alemã, principalmente de Hegel, por outro lado os estudos de

Adorno sobre música e Indústria Cultural tornaram-se clássicos sobre o tema.

“A proposta básica desse grupo era formular uma “teoria crítica da sociedade” que desse conta das questões suscitadas pelo advento do fascismo no campo capitalista e do stalinismo no campo socialista.” (COHN, 1986, p.09). Neste caso fica evidente o contexto histórico-social que surge as principais obras dos teóricos da Escola de Frankfurt. No caso do estalinismo não consideramos esse estado como sendo socialista, pois o socialismo vai muito além dessa doutrina autoritária.

É no prefácio de: *Para a Crítica da Economia Política* que Marx caracteriza a produção material, ou seja, indivíduos produzindo socialmente, este é o ponto de partida, para isso ele inicia analisando os clássicos da economia política neste caso Smith e Ricardo, demonstrando suas limitações, por outro lado reflete também sobre: *O Contrato Social* de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza. Marx afirma que o resultado no qual pretende chegar não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade. Neste caso torna-se importante à citação:

A idéia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção dos produtos de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição; finalmente no consumo, os produtos convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual. A produção cria objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute. A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio-termo, que é assim dúplice, já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no [consumo], a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, essa mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente” (MARX, 1999, p. 30).

A análise que Marx realizou sobre os economistas do século XVII é porque estes partiam para uma análise de certos números de relações gerais abstratas e que são determinantes, como é o caso da divisão do trabalho, o dinheiro, o valor entre outros, é nesse sentido que ele busca elaborar o seu método. Vejamos o que o próprio Marx afirma: “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja um ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação” (MARX, 1999, p. 40).

Marx inicia *O Capital* tratando do duplo caráter da mercadoria e posteriormente do caráter fetichista da mercadoria. “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de

mercadorias, a mercadoria individual como sua forma elementar”. (MARX, 1988, p.45). Entretanto uma das primeiras preocupações deste autor nesta obra é analisar a mercadoria.

Para Marx a mercadoria é, antes de tudo um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie e ao mesmo tempo esta tem um duplo caráter que é o valor de uso e o valor de troca. Além de tratar a mercadoria como coisa Marx afirma que todas as mercadorias têm algo em comum, ou seja, são frutos do trabalho humano, e que requer um certo tempo para produzi-la. O que é o tempo socialmente gasto para se produzir uma mercadoria? O próprio Marx responde: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com graus social médio de habilidade e intensidade de trabalho” (MARX, 1988, p. 48). Então apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente para a produção de um valor de uso é o que determina a grandeza de seu valor de troca.

Contudo, após estas considerações passemos então as considerações de Marx sobre o caráter fetichista da mercadoria e o seu segredo, pois este capítulo é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso trabalho, neste caso torna-se importante observar como ele vem trabalhar esta questão:

“À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil” (MARX, 1988, p. 70).

Marx afirma que o misterioso da forma da mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas, como propriedades naturais sociais, desta forma também refletem a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação existente fora deles, entre objetos. Marx define o caráter fetichista da mercadoria como:

“Os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total” (MARX, 1988, p. 71).

Marx nesta parte do texto deixa claro a sua concepção sobre o caráter fetichista da mercadoria, ao mesmo tempo afirma que os produtores somente encontram-se em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro desta troca. É neste sentido que Marx contribui para a análise da mercadoria.

Passemos então a analisar as contribuições do pensador alemão Theodor

Adorno integrante da primeira geração da Escola de Frankfurt, onde este se destacou como sendo um dos principais representantes desta escola, juntamente com alguns outros teóricos e que já foram citados anteriormente.

A obra de Adorno se caracteriza por uma variedade de temas pesquisados, como é o caso da música, cinema, rádio dentre outros temas voltados para entender a produção cultural no século XX, analisando o desenvolvimento tecnológico e científico, mostrando como a cultura industrializada foi adaptada ao consumo da sociedade. Alguns dos seus textos datam da década de 1930, como: *Sobre Música Popular* e o texto que irá nos orientar nesse trabalho: *O Fetichismo da Música e a Regressão da Audição*.

Em *Educação após Auschwitz*, o autor desenvolve uma análise sobre o processo educativo, com reflexões críticas as práticas nazistas e ao mesmo tempo pontua algumas considerações sobre a sociedade. Para Adorno a educação só tem pleno sentido se ela propiciar uma auto-reflexão crítica nos indivíduos, neste sentido a educação teria uma função primordial contribuindo para despertá-lo do esclarecimento e da consciência crítica. “Do ponto de vista sociológico, eu ousaria acrescentar que nossa sociedade, embora se integre cada vez mais, incuba simultaneamente tendências desagregadoras. Essas tendências sob a superfície da vida civilizada organizada têm progredido extremamente” (ADORNO, 1986, p. 35). Neste trecho, percebe-se a preocupação do autor com relação à sociedade, caracterizando uma forte tendência desagregadora da sociedade em geral, porém a sua perspectiva pode ser contestada, pois o autor não aponta como esta desagregação ocorre socialmente.

Podemos dizer que Adorno trabalha com o caráter fetichista em uma outra perspectiva em relação a Marx, contudo permanece o caráter de crítica em sua análise, onde ele trabalha a questão musical, mas utilizando elementos da obra de Marx.

“Adorno desenvolve, ao longo da sua obra, uma concepção de ideologia que retoma temas básicos do marxismo. Para ele a ideologia não se reduz a um sistema de idéias ou representações culturais, não é uma característica de tal ou qual modalidade de consciência social, mas é um processo responsável pela própria formação da consciência social. É, antes de mais nada, um processo complexo, articulado em muitos níveis, dos quais as idéias e as representações são apenas as formas mais acabadas e, portanto, mais diretamente acessíveis a experiência cotidiana. A ideologia é ideologia, ou seja, aparência socialmente necessária, precisamente porque a consciência que produz nos integrantes da sociedade se atém à sua forma já acabada a única que aparece” (COHN, 1986, p.11)

Além da concepção do fetichismo, Adorno também utilizará a concepção de ideologia de Marx para fundamentar as concepções da teoria crítica da sociedade e neste sentido construir a sua análise em relação aos produtos da indústria cultural. Em *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição* Adorno trata de algumas questões básicas para entender a música, e especificamente a questão do gosto musical como este se transforma na sociedade capitalista, apesar de que Adorno aponta a decadência do gosto musical desde épocas anteriores, neste sentido a obra de Adorno se caracteriza por um certo pessimismo e determinismo.

A música para Adorno se constitui a manifestação imediata do instinto humano e a instância própria para o seu apaziguamento. A questão do gosto para ele, ou seja, o próprio conceito de gosto está ultrapassado. Neste caso torna-se importante entender o porquê dessa perspectiva e que é apontada por ele: “Em vez do valor da própria coisa,

o critério de julgamento é o fato de a canção de sucesso ser conhecida de todos, gostar de um disco de sucesso é quase exatamente o mesmo que reconhecê-lo. O comportamento valorativo tornou-se uma ficção para quem se vê cercado de mercadorias musicais padronizadas”.(ADORNO, 1999, p.66). Tal questão pode ser resolvida da seguinte forma nem sempre dentro da sociedade capitalista, todos observam ou consomem o mesmo produto cultural, em alguns momentos uma música de sucesso é deixada de lado por grande parte da sociedade, que prefere se ocupar e consumir produtos culturais e que não são padronizados como quer Adorno, um exemplo evidente dessas produções são as músicas de protestos e produções fílmicas que buscam romper com a verticalização produzida pela indústria cultural. Neste sentido Adorno caracteriza de forma clara a música de consumo e como esta é reproduzida socialmente pelos indivíduos através da fetichização e que passam uma imagem padronizada sobre estas produções musicais. A crítica produzida por Adorno em relação à música é contundente, ao invés de entreter, parece que tal música contribui ainda mais para o emudecimento dos homens, para a morte da linguagem como expressão, para a incapacidade da comunicação. A música de entretenimento preenche os vazios do silêncio que se instalam entre as pessoas deformadas pelo medo, pelo cansaço e pela docilidade de escravos sem exigências.

Podemos dizer que o uso da técnica é comum na produção cultural no século XX, onde a música também será adaptada ao consumo dos diversos grupos sociais, uma das características da indústria cultural e da própria música industrializada é a repetição, denunciada por Adorno, neste caso podemos citar as músicas de sucesso que são adaptadas ao consumo a partir da sua simples repetição, sendo que estas se caracterizam por ter uma letra simples e repetitiva em harmonia com o seu refrão que também se torna simples e repetitivo, esta é uma fórmula estratégica da própria indústria cultural visando garantir a alta circulação e consumo destas mercadorias. O próprio Adorno afirma que, se ninguém é capaz de falar realmente, é obvio também que já ninguém é capaz de ouvir, e que este já apontava tais questões desde a cultura grega clássica.

Os produtos culturais tais como: a música, o cinema, dentre outros para Adorno fazem parte do mundo da mercadoria, são preparados para o mercado e são governados segundo o critério deste mesmo mercado. A indústria cultural tem a preocupação em adaptar tais produtos culturais para a manipulação do gosto e direcionando tais produtos ao consumo:

“As obras que sucumbem ao fetichismo e se transformam em bens de cultura sofrem, mediante este processo, alterações constitutivas. O processo de coisificação atinge a sua própria estrutura interna. Tais obras transformam-se em um conglomerado de idéias, de “achados”, que são inculcados aos ouvintes através de ampliações e repetições contínuas, sem que a organização do conjunto possa exercer a mínima influência contrária. Quanto mais coisificada for a música, tanto mais romântica soará aos ouvidos alienados. É precisamente através disto que tal música se torna propriedade” (ADORNO, 1999, p. 81).

O fetichismo para Adorno é, no entanto a transformação dos produtos culturais em mercadoria e mais ainda em coisas, através de fórmulas repetitivas e massificadas pelos meios de comunicação que trabalham em conjunto para difundir tais produtos e dissimular o seu caráter de mercadoria, transformando tal mercadoria estranha ao homem que consome sem conhecer de fato o que ele está consumindo.

Este ponto é fundamental na obra de Adorno, pois aborda de uma forma clara o caráter mercantil dos bens culturais e, além disso, enfatiza as conseqüências deste caráter no que diz respeito à recepção do ouvinte:

“No pólo oposto ao fetichismo na música opera-se uma regressão da audição. Com isto não nos referimos a um regresso do que individual a uma fase anterior do próprio desenvolvimento, nem a um retrocesso do nível coletivo geral, porque é impossível estabelecer um confronto entre milhões de pessoas que em virtude dos meios de comunicação de massas, são hoje atingidos pelos programas musicais e os ouvintes do passado. O que regrediu e permaneceu num estado infantil foi a audição moderna” (ADORNO, 1999, p. 89).

Adorno através da sua crítica aos meios de comunicação de massa, enfatiza que estes meios de comunicação que já na época de Adorno passava por uma massificação, ao serem mercantilizados propiciavam uma regressão na audição. O uso massificado do rádio e da televisão é criticado por Adorno que também estabelece uma ligação entre a grande massificação e as formas de regressão que a indústria cultural exerce nos ouvintes.

A análise dos produtos culturais e o conceito de indústria cultural foram desenvolvidos na década de 1940 em sua obra *Dialética do Esclarecimento* escrita em (1947) em conjunto com Horkheimer, esta obra tornou-se referência nos estudos relacionados aos meios de comunicação e o próprio desenvolvimento dos produtos da indústria cultural que foi uma das grandes preocupações dos teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente de Adorno que passou grande parte de sua vida dedicando-se as pesquisas no campo da música e dos diversos produtos da indústria cultural e que estavam vinculados aos meios de comunicação. O autor afirma: “A cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.113). Os autores também reconhecem como parte integrante deste sistema a música e diversos outros produtos que estavam se desenvolvendo neste período principalmente nos países de capitalismo avançado como é o caso dos Estados Unidos, país no qual os autores viveram parte do seu exílio.

Portanto um estudo sobre o fetichismo e suas formas, deve nos remeter ao estudo da teoria crítica da sociedade de Marx em um primeiro momento e posteriormente a teoria da sociedade de Adorno, que utilizando alguns elementos da obra de Marx desenvolve e fundamenta a sua concepção de fetichismo da mercadoria mostrando o seu caráter fetichista, neste caso a música. Podemos dizer que cada autor em períodos distintos puderam contribuir teoricamente, cada um da sua maneira de entender as relações sociais na sociedade capitalista. Um estudo desta natureza se torna importante a partir do momento em que tentamos buscar ao longo de nosso trabalho a retomada de alguns conceitos básicos de dois clássicos das Ciências Sociais que são: *O Caráter Fetichista da Mercadoria de Marx e o Fetichismo na Música e a Regressão na Audição de Adorno* para analisar as concepções de Marx e Adorno em relação ao fetichismo e as complexas relações sociais existentes no interior da sociedade.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

ADORNO, Theodor. *Sobre Música Popular*. In: Cohn, Gabriel (Org.), São Paulo, Ática, 1986.

ADORNO, Theodor, MAX, Horkheimer. *A Dialética do Esclarecimento*. São Paulo, Jorge Zahar, 1985.

COHN, Gabriel. *Adorno e a Teoria Crítica da Sociedade*. In: Cohn, Gabriel (Org.), São Paulo, Ática, 1986.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

Erisvaldo Souza

Historiador e Especialista em Ciência Política
pela UEG - Universidade Estadual de Goiás.

Jean Isídio dos Santos

Historiador e Especialista em Ciência Política
pela UEG - Universidade Estadual de Goiás.